



**RELATÓRIO ANUAL CIRCUNSTANCIADO DO PREFEITO MUNICIPAL DE
NOVO PROGRESSO/PA, RELATIVO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021**

INTRODUÇÃO

Apresenta-se o relatório relativo às Contas Anuais do Exercício Financeiro de 2021 do Município de Novo Progresso (PA), prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e disponibilizadas no Portal de Transparência do Município.

O presente documento foi subsidiado de informações extraídas das Prestações de Contas Mensais encaminhadas regularmente pelos responsáveis dos Poderes Executivo e Legislativo ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/PA) e disponibilizadas no Portal de Transparência dos respectivos órgãos, conforme abaixo apresentado.

INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

1.1 – CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Código do Município no IBGE	1505031
Data de Criação do Município – Lei Estadual N°. 5.700/93	13/12/1991
Área da Unidade Territorial	38.162,002 km ²
Distância do Município à Capital	1.639 Km
Estimativa de População do Município – IBGE 2010	25.769 hab

1.2 – GESTORES E RESPONSÁVEIS

As contas do Município no exercício financeiro de 2021 estiveram sob gestão dos seguintes agentes responsáveis:



GESTORES E RESPONSÁVEIS			
ENTIDADE	CARGO	NOME	PERÍODO
Prefeitura Municipal	Ordenador de Despesas	Gelson Luiz Dill	01/01/2021 A 31/12/2021
Prefeitura Municipal	Responsavel Contabil	Walter Klaus Rieger	01/01/2021 A 31/12/2021
Prefeitura Municipal	Controlador Interno	Wesley da Costa Silva	01/01/2021 A 31/12/2021
Câmara Municipal	Ordenador de Despesas	Francisco Gomes de Souza	01/01/2021 A 31/12/2021
Câmara Municipal	Responsavel Contabil	Eliseu Leite da Silva	01/01/2021 A 31/12/2021

1.3 – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente relatório tem por objetivo fazer uma análise das ações de governo contempladas nas peças de planejamento do Município e executadas durante o exercício de 2021.

PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

Inicialmente, destacamos a importância do processo de planejamento, que consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos da gestão municipal, que se utiliza das ferramentas de planejamento para demonstrar quais ações serão definidas para um determinado período e para onde serão demandados esforços no sentido de atender os objetivos previamente estabelecidos, compreendendo a manutenção das atividades e da consecução dos projetos de investimento.

Posto isto, a Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 as seguintes peças de planejamento e de orçamento:

- 1. Plano Plurianual – PPA;**
- 2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e**
- 3. Lei Orçamentária Anual – LOA.**

A elaboração dessas peças de planejamento tem por finalidade formar uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam, além de terem uma sintonia entre si, objetivando uma gestão orçamentária de qualidade.



1 – PLANO PLURIANUAL – PPA

O Plano Plurianual – PPA, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 1º, é instituído por Lei a cada quatro anos, para vigorar no quadriênio subsequente.

Este instrumento de planejamento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA do Município de Novo Progresso/PA, elaborado para o quadriênio 2018-2021, foi aprovado pela Lei Municipal Nº. 500/2017, de 25/10/2017, sendo encaminhada ao TCM/PA e disponibilizada no Portal de Transparência do Município.

2 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2º, é uma peça de planejamento que dispõe sobre as metas e prioridades do Poder Público, incluindo as despesas de capital para o exercício seguinte, disciplina a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, dispõe sobre as modificações da legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF/2000, integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais. O primeiro estabelece as metas anuais e os valores correntes e constantes, relativamente as receitas e despesas, resultado primário e nominal e o montante da dívida pública para o exercício a que se refere e para os dois exercícios seguintes, enquanto que o segundo deve evidenciar os principais riscos capazes de influenciar no alcance das metas fiscais propostas e informar as opções escolhidas para enfrenta-los.



A LDO do Município de Novo Progresso, elaborado para o exercício 2021, foi aprovada pela Lei Municipal N°. 591/2020, de 19/11/2020, sendo protocolizada junto ao TCM/PA e disponibilizada no Portal de Transparência do Município.

3 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA do Município de Novo Progresso para o Exercício 2021, foi aprovada pela Lei Municipal N°. 592/2020, de 10/12/2020. A divulgação e publicidade da LOA foram realizados pelos meios oficiais e no Portal de Transparência do Município, sendo feito ainda o seu encaminhamento ao TCM/PA.

A LOA/2021 estimou a receita e fixou a despesa no montante de R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), não sendo destacado no corpo da Lei os recursos dos orçamentos da seguridade social e de investimentos, conforme previsto no art. 165, § 5º, da Constituição Federal de 1988 e no Art. 5º da Lei Municipal N°. 591/2020 (LDO), conforme demonstrado a seguir:

- Orçamento Fiscal:	R\$ 72.000.000,00
- Orçamento da Seguridade Social:	R\$ 0,00
- Orçamento de Investimento:	R\$ 0,00

Por fim, o valor previsto na LOA para a Reserva de Contingência está em consonância ao limite do percentual definido na LDO, que é de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL), visando o atendimento de riscos fiscais e passivos contingentes.



ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Municipal N°. 592/2020 (LOA/2021) definiu o seguinte parâmetro em relação às alterações orçamentárias.

Art. 4º - O Poder Executivo fica autorizado a:

- a) Abrir créditos adicionais suplementares, na forma dos artigos 42 e 43, parágrafo primeiro e seus incisos, da Lei Federal N°. 4.320/64, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada no artigo 1º desta Lei.**

Desse modo, o valor para abertura de créditos adicionais suplementares autorizados inicialmente pela LOA/2021 era de R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais).

Posteriormente a Lei Municipal N°. 632/2021, amplia o limite para abertura de créditos suplementares no exercício, elevando o percentual de 50% (cinquenta por cento) para 80% (oitenta por cento) do valor da despesa autorizada na LOA/2021, isto é, a autorização foi majorada até o montante de R\$ 57.600.000,00 (cinquenta e sete milhões e seiscentos mil reais).

Por conseguinte, ao longo do exercício, a execução orçamentária sofreu outras alterações oriundas de leis específicas e que autorizaram a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, totalizando incremento ao valor inicialmente previsto no montante de R\$ 53.512.075,48 (cinquenta e três milhões, quinhentos e doze mil, setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).

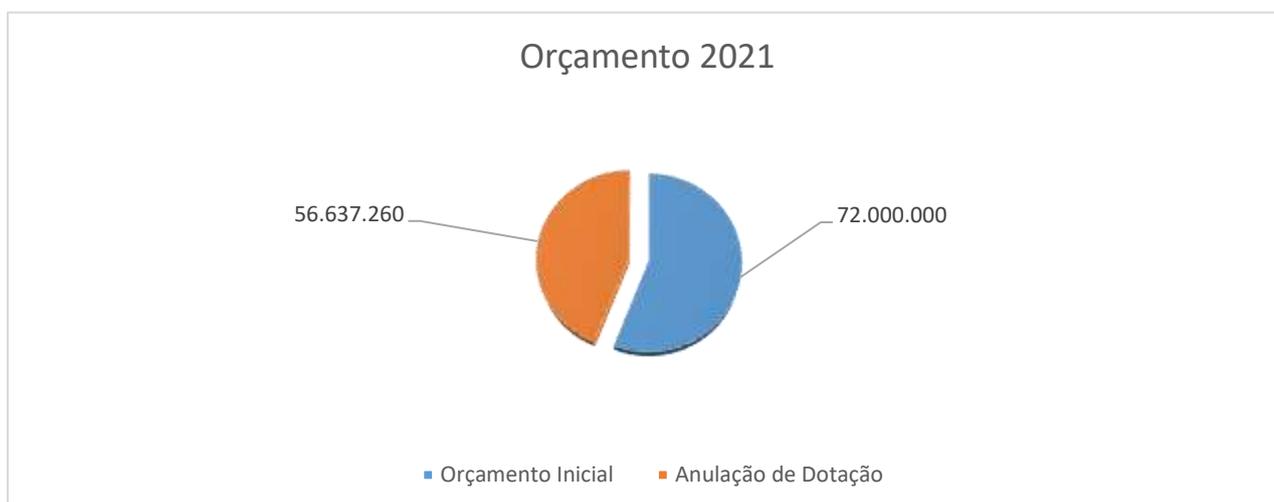
No quadro abaixo demonstra-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.

Órgão	Orçamento Inicial	Créditos Adicionais		Transposições e Remanejamentos	Reduções / Anulações	Orçamento Final
		Suplementares	Especiais			
Prefeitura Municipal	72.000.000,00	85.968.703,76	24.180.631,83	0,00	56.637.260,11	125.512.075,48



O Balanço Orçamentário apresentou como valor atualizado para fixação das despesas, o montante de R\$ 125.512.075,48 (cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e doze mil, setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) e que está compatível com os valores apurados na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final, após as suplementações autorizadas e efetivadas.

Ano	Valor Total LOA Município	Creditos Adicionais Suplementares por Anulação de Dotação	Percentual das Alterações
2021	R\$ 72.000.000,00	R\$ 56.637.260,11	78,66%





O quadro acima, demonstra um percentual de 78,66% relativo as alterações orçamentárias ocorridas em 2021. Trata-se de um percentual bastante expressivo, que se justifica observando-se que na elaboração das peças de planejamento (LDO/2021 e LOA/2021), os valores da Estimativa das Receitas Orçamentárias não acompanharam a evolução das receitas arrecadadas nos últimos exercícios, ficando uma projeção muito abaixo da expectativa de arrecadação para 2021, conforme se pode verificar no quadro: **“01 - Evolução da Receita Corrente e de Capital”**.

Verifica-se na tabela a seguir as fontes de financiamento dos créditos adicionais abertos no exercício 2021:

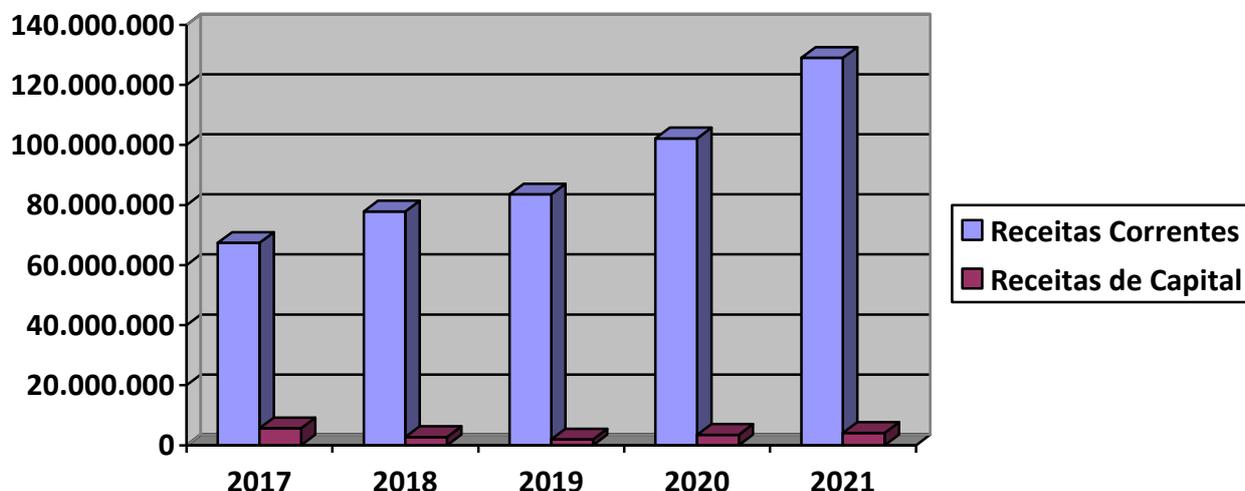
RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
Anulação de Dotação	56.637.260,11
Excesso de Arrecadação	29.331.443,65
Crédito Especial - Excesso de Arrecadação	24.180.631,83
Superávit Financeiro	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Total Créditos Adicionais	110.149.335,59

01 - Evolução da Receita Corrente e de Capital

Descrição das Receitas	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Corrente Líquida	67.419.616	77.858.761	83.543.732	102.201.441	129.049.236
Receita Tributárias	5.188.653	7.173.960	9.761.310	9.158.185	14.613.901
Receita de Contribuições	1.719.682	2.394.133	2.838.582	2.793.090	0,00
Receita Patrimonial	722.221	1.100.391	1.236.848	1.320.437	920.716
Receita de Serviços	-	-	-	-	709
Transferências Correntes	66.137.290	73.959.958	76.979.995	97.206.525	125.334.805
Outras Receitas Correntes	11.573	32.676	178.905	86.474	40.586
(-) Dedução para o FUNDEB	6.359.803	6.802.357	7.451.908	8.363.270	11.861.481
Receita de Capital	5.650.370	2.720.822	1.960.598	3.509.101	4.144.652
TOTAL GERAL	73.069.986	80.579.583	85.504.330	105.710.542	133.194.088
VARIAÇÃO %		10,28%	6,11%	23,63%	26,00%

Fonte: Balanço Orçamentário

Demonstramos graficamente a evolução das Receitas Orçamentárias nos últimos cinco exercícios, considerando os valores informados no quadro anterior:



Podemos observar no quadro acima, que as receitas de "Transferências Correntes" representaram em 2021 a maior fonte de recursos na composição da receita municipal, totalizando o valor de R\$ 113.473.324,00 (deduzido o FUNDEB), o que corresponde a 88,00% do total da receita orçamentaria – exceto de capital, contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 129.008.850,36.

02 – Despesa Orçamentária Consolidada

A série histórica das despesas orçamentárias do Município de Novo Progresso, no período de 2017 a 2021, revela um aumento gradativo da despesa realizada, conforme demonstrado na tabela a seguir:

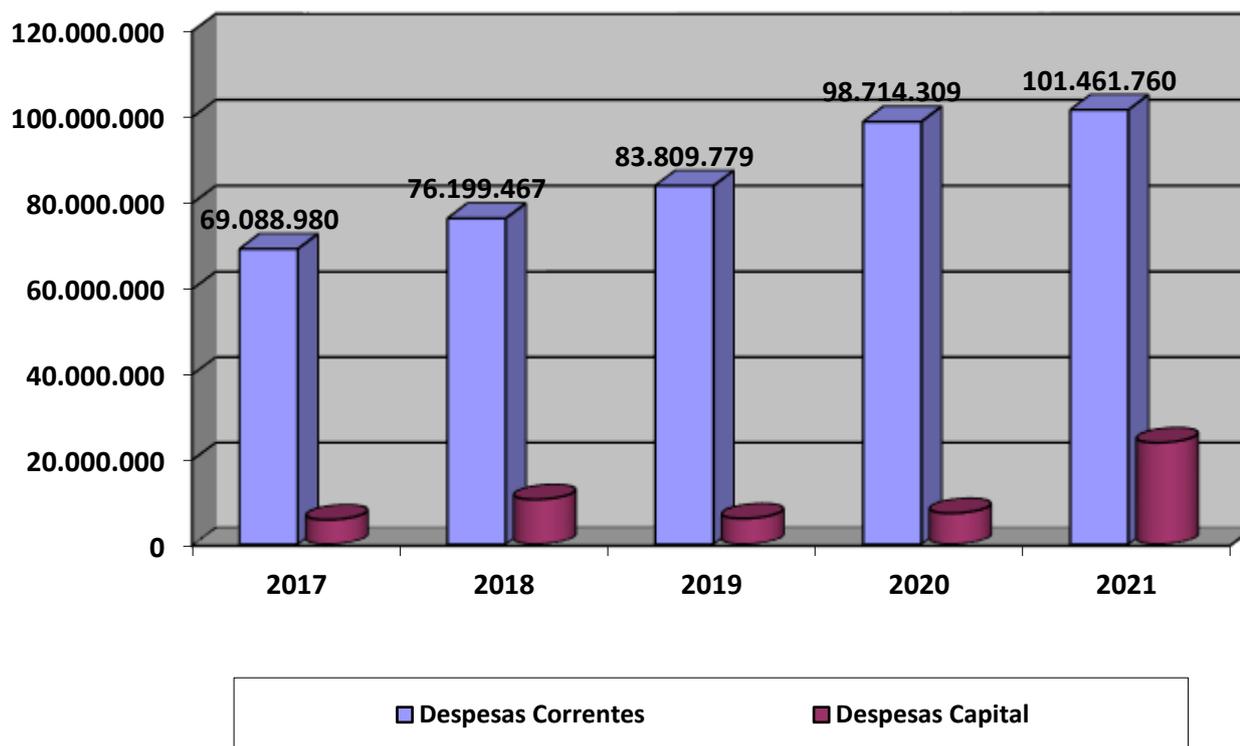
Descrição das Despesas	2017	2018	2019	2020	2021
DESPESA CORRENTE	69.088.980	76.199.467	83.809.779	98.714.309	101.461.760
Pessoal e Encargos Sociais	42.714.890	45.934.931	51.583.179	59.930.564	65.211.597
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	26.374.090	30.264.536	32.226.600	38.783.745	36.450.285
DESPESA DE CAPITAL	5.718.206	10.472.858	6.013.084	7.244.258	23.761.032
Investimentos	4.946.933	9.520.878	4.713.084	6.304.335	21.584.327
Amortização da Dívida	771.273	951.980	1.300.000	939.922	2.176.705
TOTAL DAS DESPESAS	74.807.186	86.672.325	89.822.863	105.958.567	125.422.914
VARIAÇÃO %		15,86%	3,63%	17,96%	18,37%

Fonte: Balanço Orçamentário

Observa-se no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais" teve o maior dispêndio em 2021 na composição da despesa orçamentária municipal, totalizando R\$ 65.211.597,45 (sessenta e cinco milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos), correspondendo a 52% do total da despesa orçamentária contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 125.422.914,17 (cento e vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, novecentos e quatorze reais e dezessete centavos).

Assim, demonstramos graficamente a evolução das despesas orçamentárias ocorridas nos últimos cinco exercícios, de acordo com o verificado nos dados acima:

Quadro de Evolução das Despesas no Período 2017 a 2021

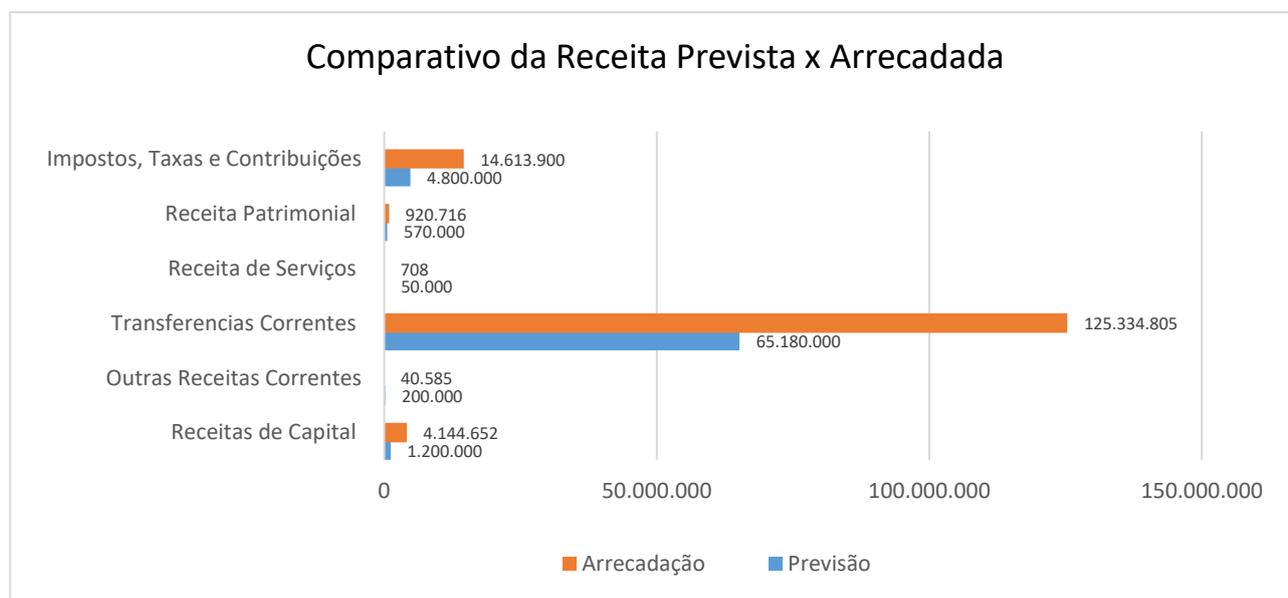




03 – Resultado da Arrecadação Orçamentária

DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL R\$	ARRECADÇÃO R\$	%
RECEITAS CORRENTES	70.800.000,00	129.049.235,67	182,22%
Impostos, Taxa e Contribuições	4.800.000,00	14.613.900,84	304,46%
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00%
Receita Patrimonial	570.000,00	920.716,21	161,53%
Receita de Serviços	50.000,00	708,55	1,42%
Transferências Correntes	65.180.000,00	125.334.805,43	192,29%
Outras Receitas Correntes	200.000,00	40.585,64	20,29%
RECEITAS DE CAPITAL	1.200.000,00	4.144.651,93	345,39%
Transferência de Capital	1.200.000,00	4.144.651,93	345,39%
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	72.000.000,00	133.194.087,93	184,99%

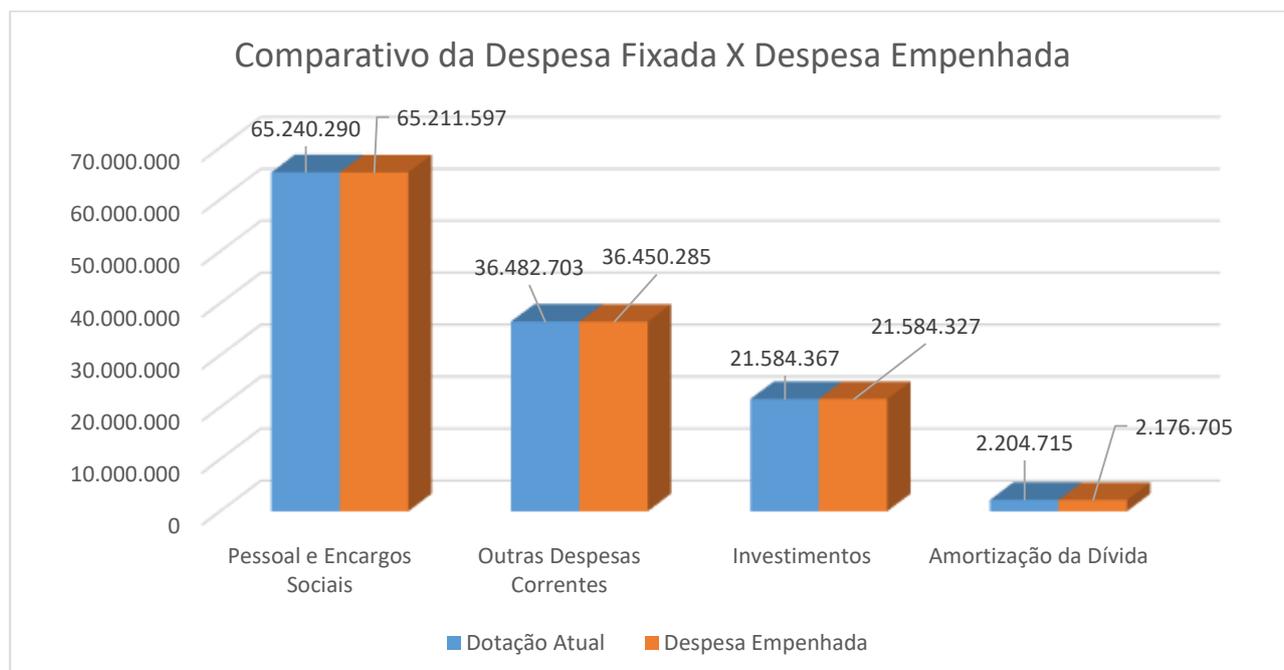
Verifica-se que os valores efetivamente arrecadados no exercício 2021, superaram em 85% do total das receitas previstas no orçamento, conforme se pode observar no quadro acima, destacando a receita de transferências correntes com o maior percentual de arrecadação sobre o total previsto inicialmente.



04 – Despesa por Categoria Econômica

ORIGEM	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%
I - DESPESAS CORRENTES	65.712.000,00	101.722.993,37	101.661.882,80	99,94%
Pessoal e Encargos Sociais	41.356.400,00	65.240.290,07	65.211.597,45	99,96%
Juros e Encargos da Dívida	50.000,00	0,00	0,00	0%
Outras Despesas Correntes	24.305.600,00	36.482.703,30	36.450.285,35	99,91%
II - DESPESA DE CAPITAL	5.988.000,00	23.789.082,11	23.761.031,37	99,88%
Investimentos	5.578.000,00	21.584.366,81	21.584.326,81	100,00%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0%
Amortização da Dívida	410.000,00	2.204.715,30	2.176.704,56	98,73%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	0,00	0,00	0%
IV – TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA	72.000.000,00	125.512.075,48	125.422.914,17	99,93%
V - SUPERÁVIT	-	-	7.771.173,76	0%
VI – TOTAL (IV + V)	72.000.000,00	125.512.075,48	133.194.087,93	106,12%

Fonte: Balanço Orçamentário



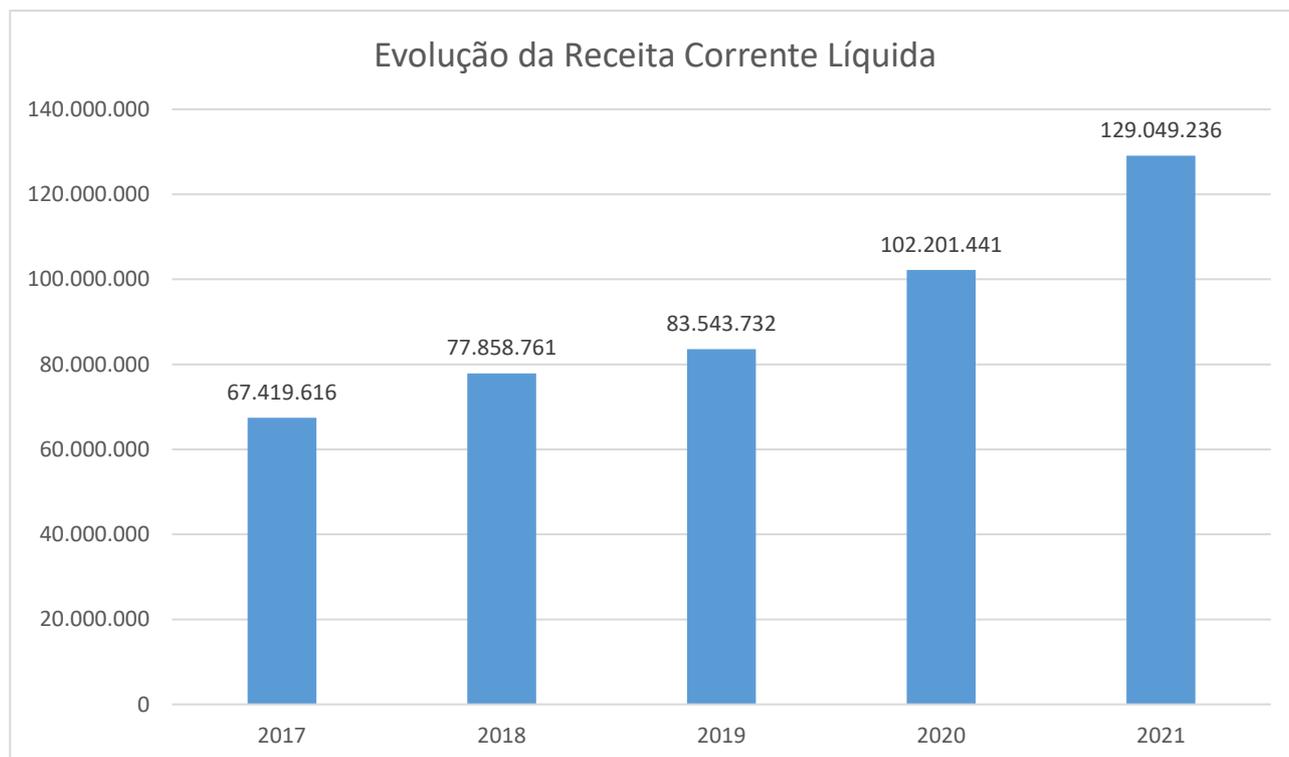


05 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL)

RECEITAS	VALOR R\$
Total de Receitas Correntes	140.910.917,00
(-) Deduções da Receita Corrente	0,00
Sub-Total	140.910.917,00
(-) Deduções da Receita para formação do FUNDEB	-11.861.481,00
(=) Receita Corrente Líquida (RCL)	129.049.236,00

06 – Evolução da Receita Corrente Líquida – RCL

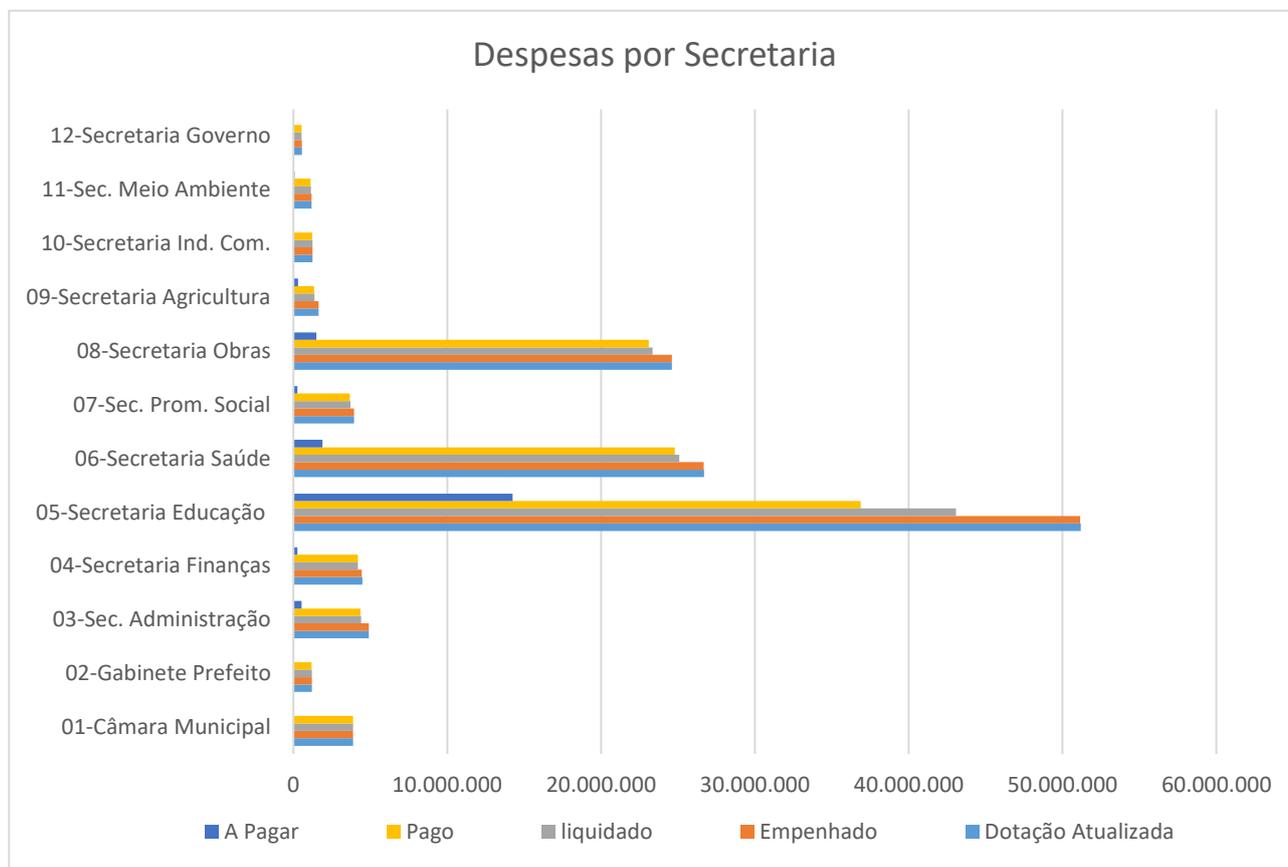
Descrição das Receitas	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Corrente Líquida	67.419.616	77.858.761	83.543.732	102.201.441	129.049.236
Variação %		15,48%	7,30%	22,33%	26,27%





07 – Despesa por Unidade Orçamentária

Discriminação	Orçamento Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhos a Pagar
01 - Câmara Municipal	3.882.905	3.882.825	3.880.175	3.880.175	2.650
02 - Gabinete do Prefeito	1.203.126	1.203.126	1.195.700	1.183.304	19.822
03 - Sec. Administração	4.901.566	4.901.566	4.411.328	4.360.659	540.907
04 - Sec. Finanças	4.478.120	4.445.680	4.194.853	4.184.911	260.769
05 - Sec. Educação	51.191.675	51.146.272	43.081.934	36.886.008	14.260.264
06 - Sec. Saúde	26.693.798	26.684.560	25.082.755	24.791.285	1.893.275
07 - Sec. Promoção Social	3.936.716	3.936.716	3.704.452	3.667.085	269.631
08 - Sec. Obras	24.607.087	24.607.087	23.345.245	23.105.830	1.501.257
09 - Sec. Agricultura	1.635.094	1.635.094	1.369.686	1.339.383	295.711
10 - Sec. Ind. Com. Turismo	1.248.150	1.246.150	1.233.667	1.219.806	26.344
11 - Sec. Meio Ambiente	1.188.308	1.188.308	1.137.901	1.124.984	63.324
12 - Sec. Governo	545.531	545.531	541.697	529.911	15.620
TOTAL GERAL	125.512.075	125.422.914	113.179.392	106.273.342	19.149.574

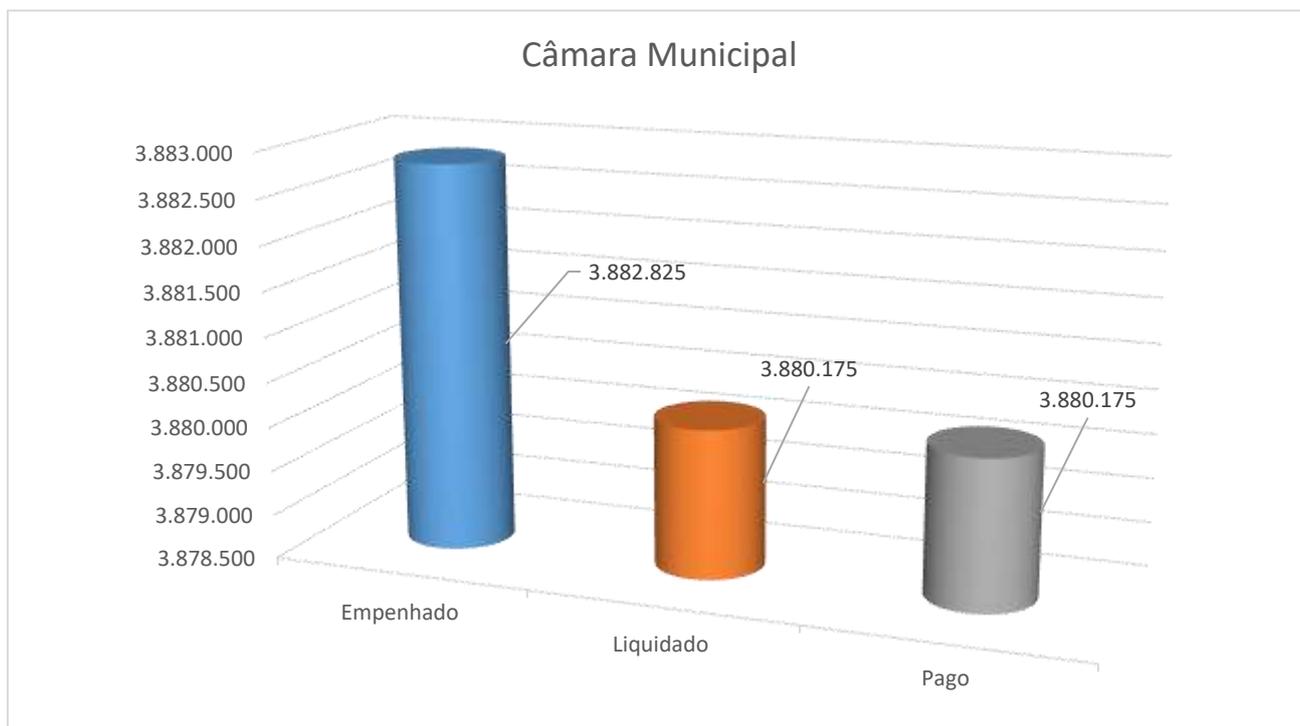




08 – Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas por Órgão e Programas de Governo

01 – CÂMARA MUNICIPAL

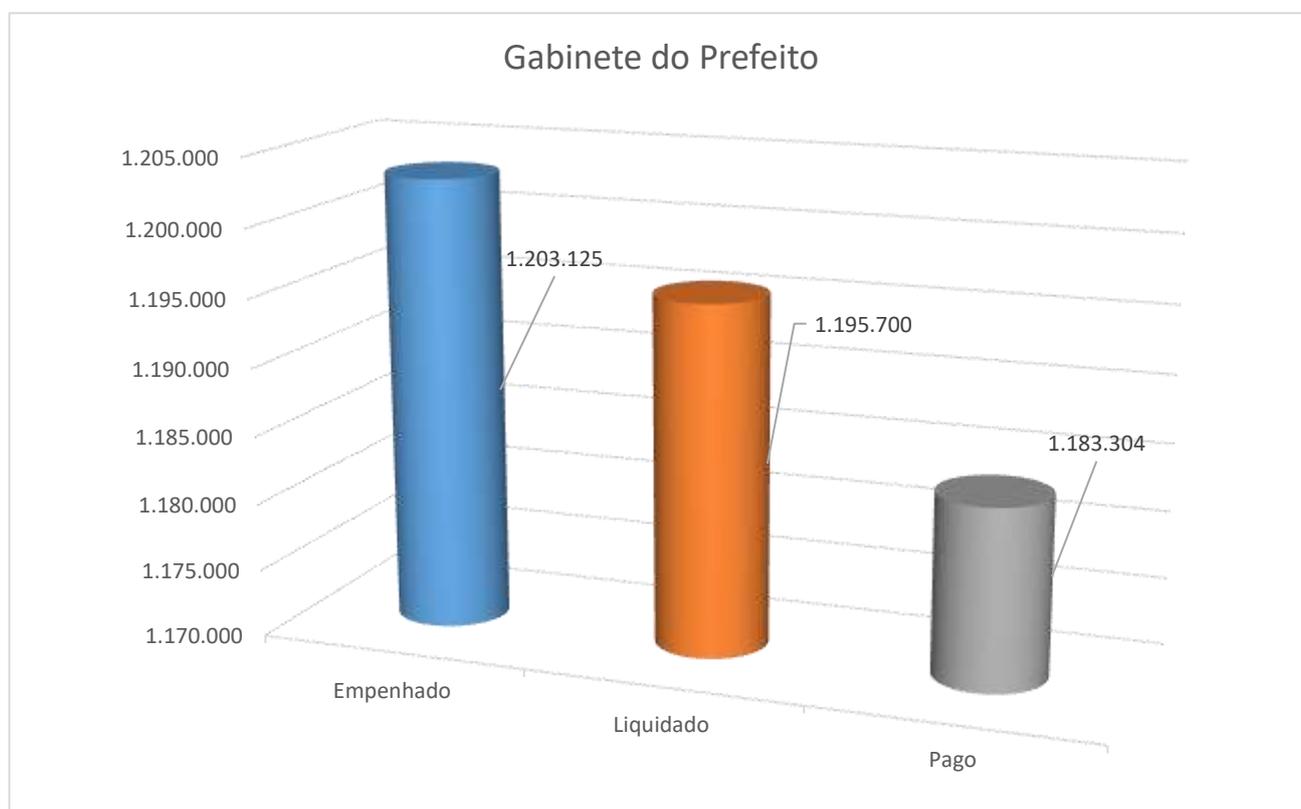
CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2002	Manutenção da Câmara Municipal	3.554.432,85	3.551.782,91	3.551.782,91
1001	Reforma e Ampliação do Prédio do Legislativo	328.392,29	328.392,29	328.392,29
	TOTAL	3.882.825,14	3.880.175,20	3.880.175,20





02 – GABINETE DO PREFEITO

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DAS AÇÕES	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
2006	Convênios e Parcerias com Entidades e Clubes de Serviços	304.483,28	302.883,28	302.883,28
2007	Manutenção do Gabinete do Prefeito	898.642,64	892.817,01	880.421,00
	TOTAL	1.203.125,92	1.195.700,29	1.183.304,28





03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

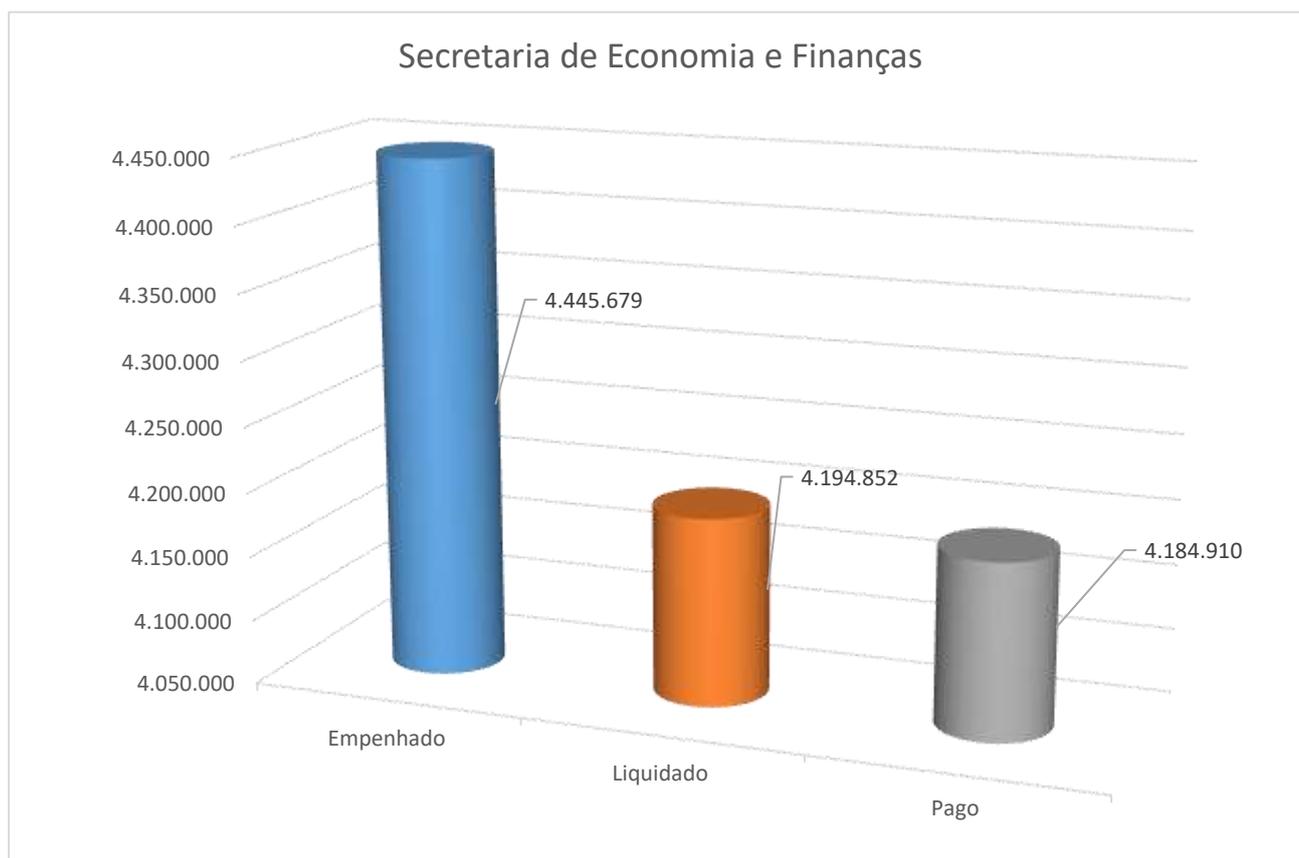
CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
1055	Construção de Quadras Poliesportivas Cobertas	55.686,04	55.686,04	55.686,04
1056	Revitalização do Ginásio da Alvorada	352.946,64	0,00	0,00
2012	Manut. Sec. Municipal de Administração e Planejamento	4.295.283,36	4.157.991,95	4.107.323,56
2090	Merenda Escolar - Recurso Estado – PEA	44.079,64	44.079,64	44.079,64
2041	Manutenção Departamento de Esportes	21.570,00	21.570,00	21.570,00
2098	Lei Aldir Black	132.000,00	132.000,00	132.000,00
	TOTAL	4.901.565,68	4.411.327,63	4.360.659,24





04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS

CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2014	Manutenção da Secretaria de Economia e Finanças	1.509.401,97	1.342.329,71	1.332.487,91
2091	Transporte Escolar Convenio Estado-PETE	209.573,21	209.573,21	209.573,21
2015	Contribuição ao PASEP	550.000,00	466.245,12	466.145,12
2016	Dívidas Contratadas do Município	2.176.704,56	2.176.704,56	2.176.704,56
TOTAL		4.445.679,74	4.194.852,60	4.184.910,80



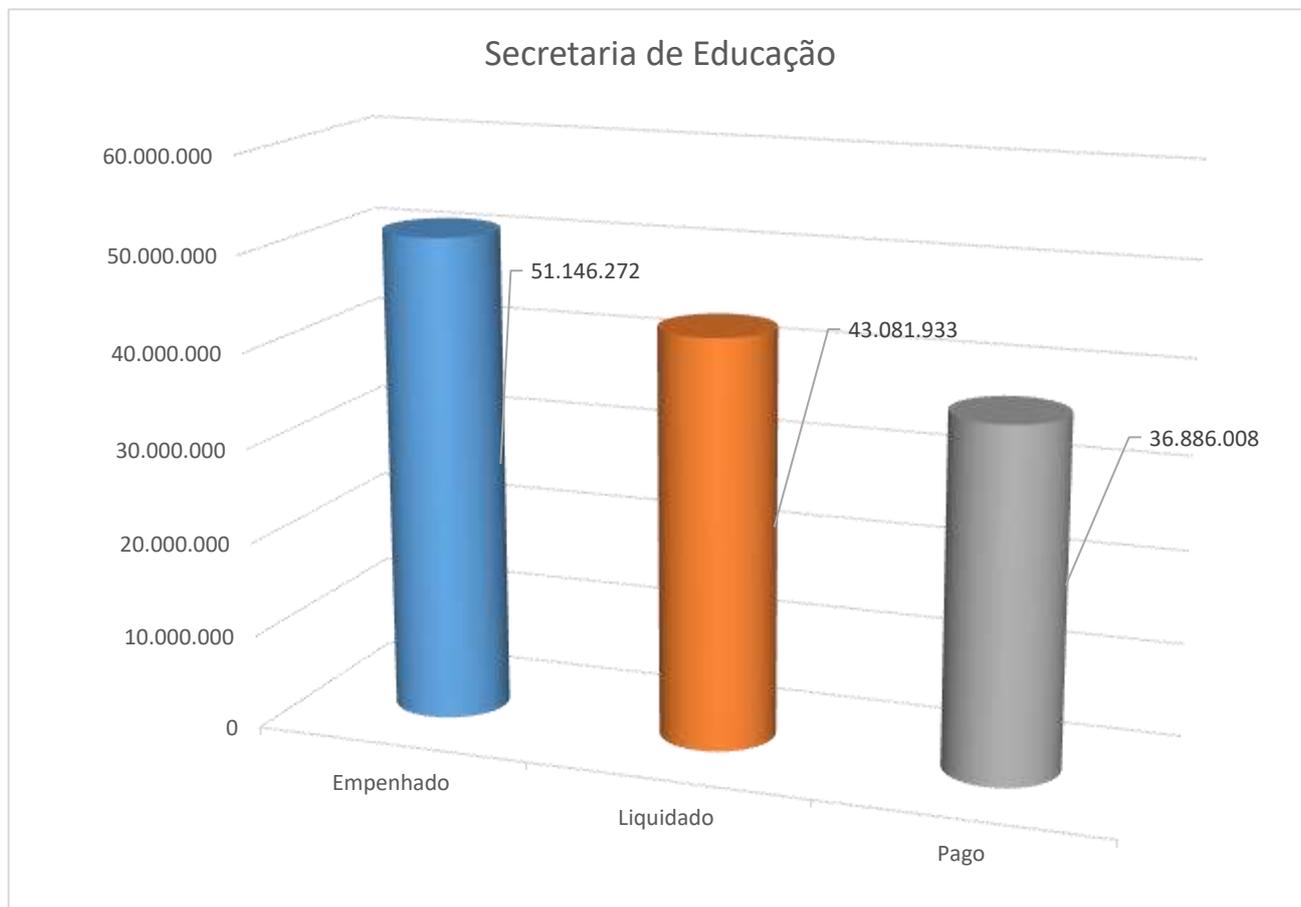


PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO



05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

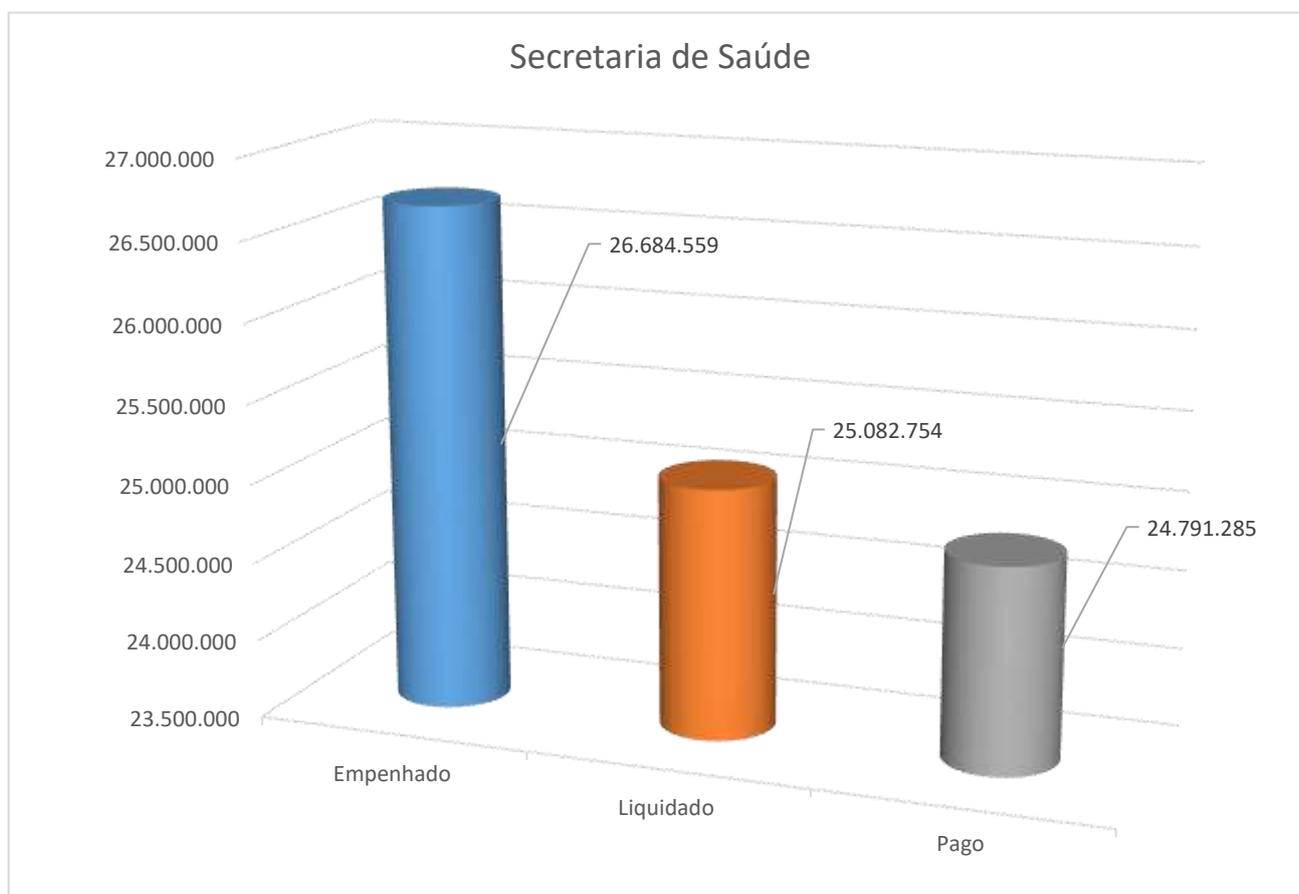
CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
2057	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	1.751.722,56	1.729.946,67	1.721.079,36
1032	Aquisição de Veículos e Equipamentos para Educação	599.960,00	599.960,00	599.960,00
2053	Manutenção da Quota do Salário Educação	510.847,19	484.860,61	481.834,00
2055	Aquisição de Mobil. Escolar, Equip. Pedag. de Inform. Mat. Esport. Mat. de Consumo	24.878,40	24.878,40	24.878,40
2062	Manutenção do Ensino Fundamental	7.770,00	7.770,00	7.770,00
2089	Manutenção do Fundo Municipal de Educação FME	2.206.159,64	1.694.021,13	1.694.021,13
2064	Manutenção do PNAE - Fundamental	682.936,39	682.936,39	682.936,39
2066	Manutenção do PNAE - Creche	190.654,13	190.654,13	190.654,13
2067	Manutenção do PNAE - Pré-Escolar	145.570,63	145.570,63	145.570,63
2068	Manutenção do PNAE - AEE- Educação Especial	5.827,04	5.827,04	5.827,04
2069	Manutenção do PNAE - Indígena	36.154,91	36.154,91	36.154,91
2070	Manutenção do PNAE - EJA	16.082,55	16.082,55	16.082,55
2072	Manutenção da Merenda Escolar-Recursos Próprios	40.520,86	40.520,86	40.520,86
1038	Const. Ref., Ampl. e Read. de Esc. Fund-Indg- Sl. de Aulas - AEE- ADM -	123.522,80	123.522,80	123.522,80
2084	Manutenção do Transporte Escolar - PNATE	544.668,00	544.668,00	544.668,00
2086	Manutenção do Transporte Escolar - Recursos Próprios	199.243,57	199.243,57	199.243,57
2071	Manutenção do PNAE - Ensino Médio - Convênio	61.978,38	61.978,38	61.978,38
2059	Manutenção do Ensino Superior	1.918,19	1.918,19	1.918,19
2058	Manutenção do Ensino Especial	1.761.181,07	527.333,85	527.333,85
1039	FUNDEB 40% - Const. Ref. Ampl. Read. de Esc. Inf. Fund, Ind. Sl. de Aula. AEE, A	1.535.973,73	1.170.867,37	1.170.867,37
2073	FUNDEB 60% - Fundamental	21.124.573,47	21.124.573,47	16.607.238,06
2077	FUNDEB 40% - Fundamental	3.677.790,25	3.650.641,97	3.600.537,96
2081	FUNDEB 40% - Manut. do Ens. Fund. Ed. Inf. Educ. Ind. Ed. de Jov. Ad. e Ed. Es	163.667,56	158.371,66	158.371,66
2082	FUNDEB 40% - Manutenção Do Transporte Escolar	363.789,81	363.789,81	363.789,81
2083	FUNDEB 40% - Aq. de Mob. Esc. Eq. Mat. de Cons. Mat. Esp. Pedag. de inf. Acer. Lit	6.155.242,00	282.202,00	282.202,00
2074	FUNDEB 60% - Infantil-Creche	3.453.486,45	3.453.486,45	2.739.544,49
2075	FUNDEB 60% - Infantil-Pré-Escolar	3.570.512,01	3.570.512,01	2.790.566,67
2078	FUNDEB 40% - Infantil-Creche	464.793,06	464.793,06	450.728,55
2079	FUNDEB 40% - Infantil-Pré-Escolar	1.319.998,45	1.319.998,45	1.305.593,17
2076	FUNDEB 60% - Educação Especial	355.279,73	355.279,73	262.677,74
2080	FUNDEB 40% - Educação Especial	49.569,42	49.569,42	47.936,48
	TOTAL	51.146.272,25	43.081.933,51	36.886.008,15





06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DAS AÇÕES	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2043	Manutenção Da Secretaria Municipal De Saúde	139.249,70	135.366,32	133.597,15
2044	Manutenção Do Fundo Municipal De Saúde	4.766.508,05	4.590.617,80	4.550.361,14
2045	Manutenção Do Conselho Municipal De Saúde	53.868,74	47.868,74	47.435,59
2095	Despesas de enfrentamento do COVID-19 - BLOCO I	8.074,41	8.074,41	8.074,41
2047	Manutenção Do Bloco I	5.411.851,57	4.883.547,56	4.776.018,54
2046	Manutenção Do Tratamento Fora Do Município - TFD	340.906,81	340.469,81	340.469,81
2048	Manutenção Do Bloco II	11.914.319,56	11.180.126,90	11.086.473,21
2049	Manutenção do Bloco III	3.380.625,78	3.373.738,40	3.326.645,17
2050	Manutenção do Bloco IV	669.154,94	522.944,83	522.210,43
	TOTAL	26.684.559,56	25.082.754,77	24.791.285,45



07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

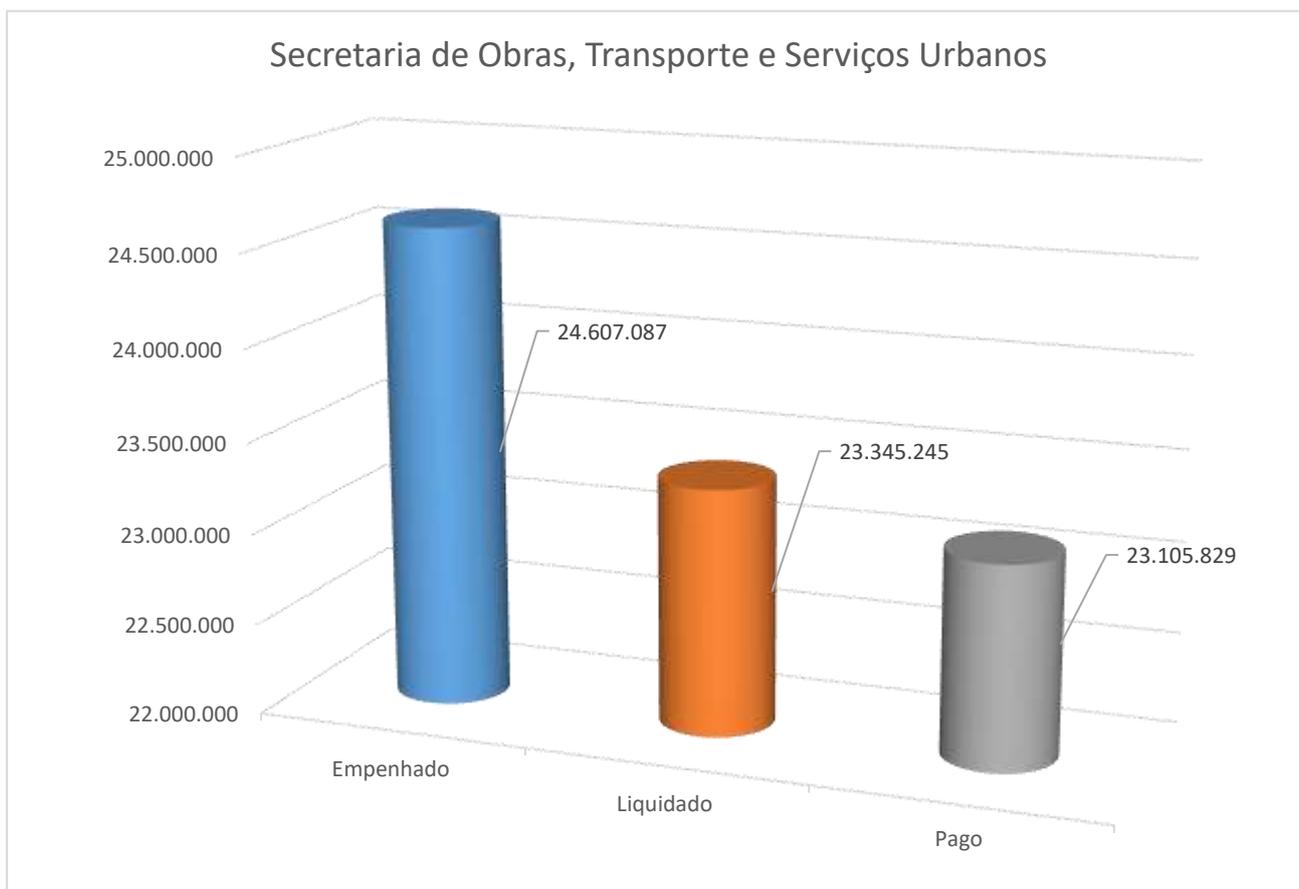
CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DAS AÇÕES	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
2017	Manutenção da Secretaria de Assistência Social	1.520.821,43	1.505.060,68	1.481.728,67
2097	Manutenção do Conselho Tutelar	6.045,20	2.808,40	2.808,40
1057	Portaria 973/2021 - Ministério do Desenv. Regional	435.994,36	435.994,36	435.994,36
2019	Manutenção do Conselho de Assistência Social	318.354,63	316.019,19	312.164,41
2018	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	1.478.861,61	1.271.520,32	1.269.783,80
2096	Manutenção do Programa Criança Feliz	1.435,00	1.435,00	1.435,00
2021	Manutenção dos Benefícios Eventuais	76.362,27	75.567,80	75.567,80
2022	Igd-Pbf - Cadastro Único - Bolsa Família	1.636,06	1.636,06	1.636,06
2024	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos	12.445,48	10.759,08	9.814,08
2092	Despesas COVID-19 - FMS	84.759,81	83.651,31	76.152,91
TOTAL		3.936.715,85	3.704.452,20	3.667.085,49





08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS

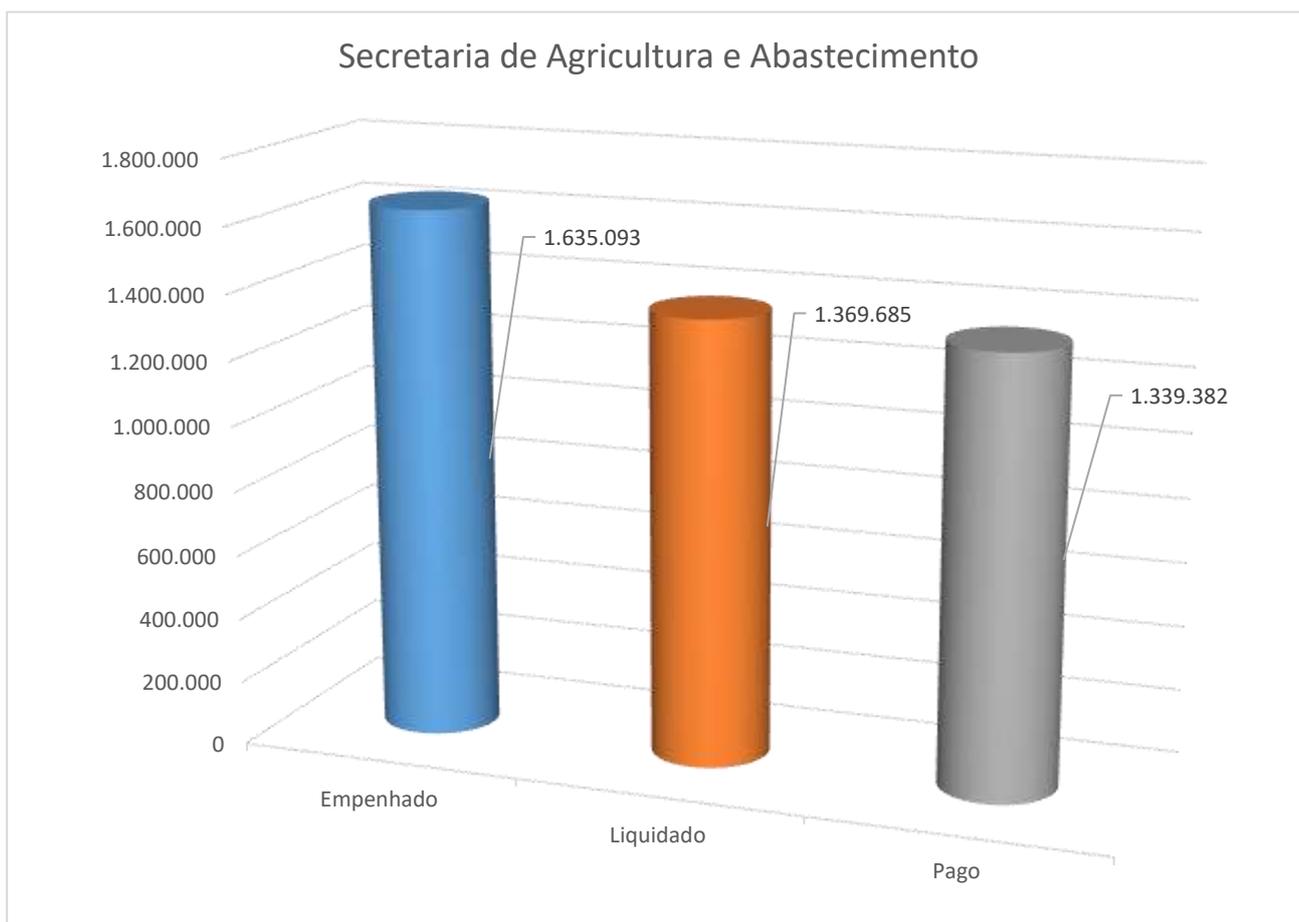
CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DAS AÇÕES	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2026	Manutenção Da Sec. Mun. De Obras, Transp. Serv. Urbanos	16.638.977,10	15.966.799,67	15.855.069,61
1005	Pavimentação e Obras Complementares	791.910,22	495.691,12	371.799,67
1007	Drenagem, Pav. e Canalização de Vias Publicas	386.629,70	310.265,11	310.265,11
1008	Aquisição de Maquinas, Veículos e Equipamentos	4.177.862,41	4.177.862,41	4.177.862,41
2028	Aquisição de Fab. Manilhas, Const, Manter e Cons. Estr, Pontes e Bueiros	314.044,50	144.192,91	144.192,91
2027	Manutenção do Departamento de Iluminação Pública	2.297.663,12	2.250.433,96	2.246.639,90
TOTAL		24.607.087,05	23.345.245,18	23.105.829,61





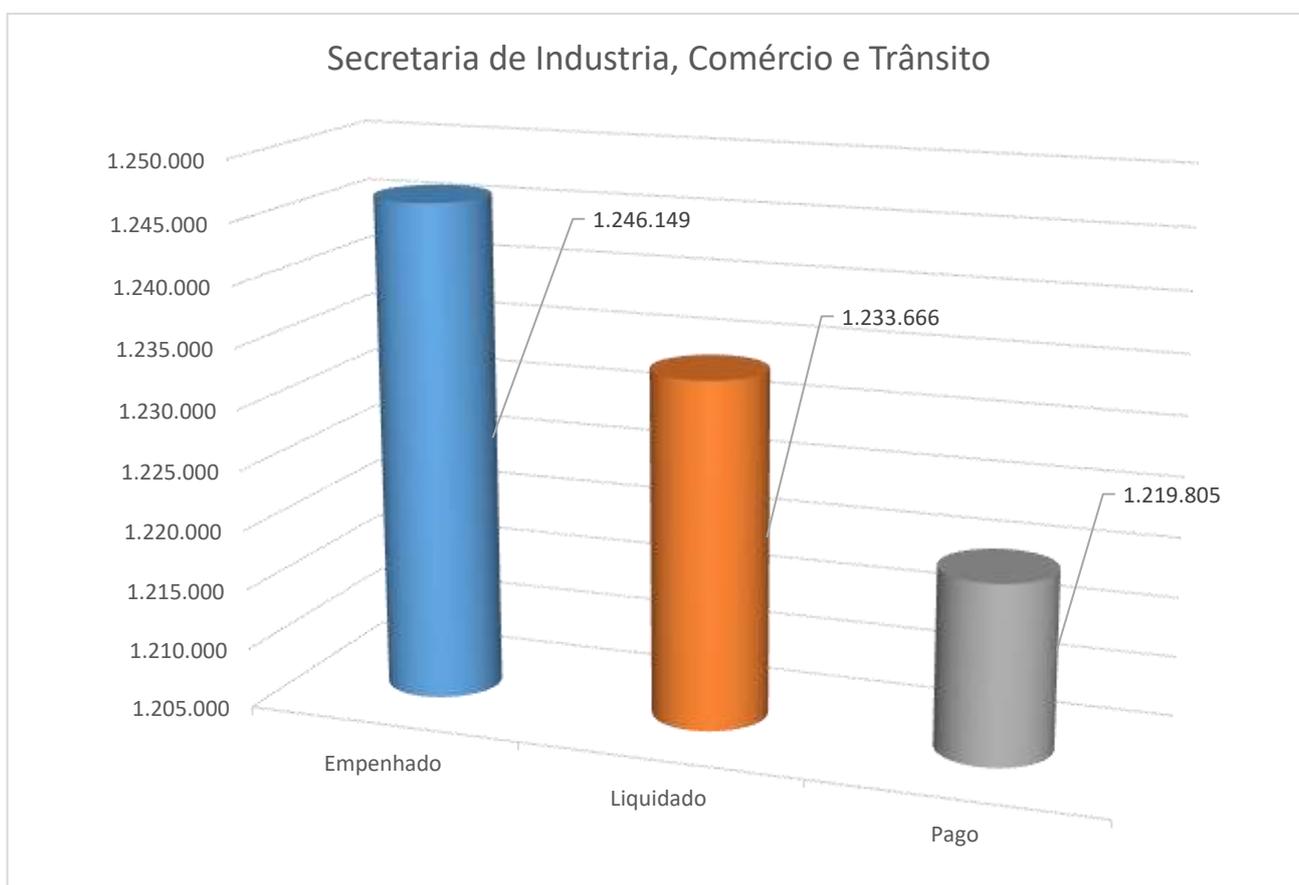
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DAS AÇÕES	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2030	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	983.490,69	967.082,82	951.977,75
1013	Aquisição de Patrulha Mecanizada	537.000,00	288.000,00	288.000,00
1014	Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos	114.603,00	114.603,00	99.405,00
TOTAL		1.635.093,69	1.369.685,82	1.339.382,75



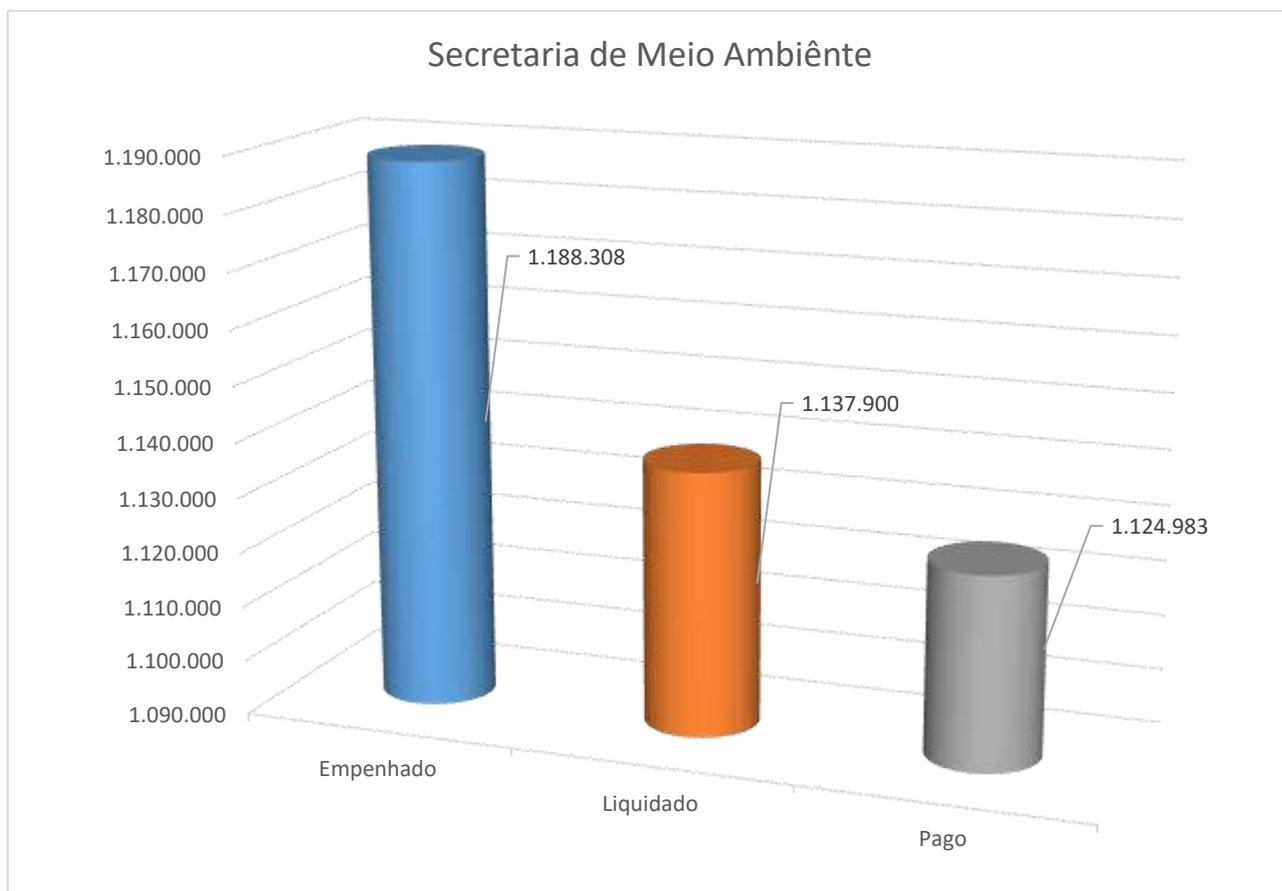
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRÂNSITO

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DAS AÇÕES	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2033	Manutenção da Divisão de Turismo	542,35	542,35	542,35
2036	Manutenção da Divisão de Transito	95.254,46	88.334,65	86.401,15
2035	Manutenção da Divisão de Industria e Comercio	1.150.353,04	1.144.789,52	1.132.862,48
TOTAL		1.246.149,85	1.233.666,52	1.219.805,98



11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

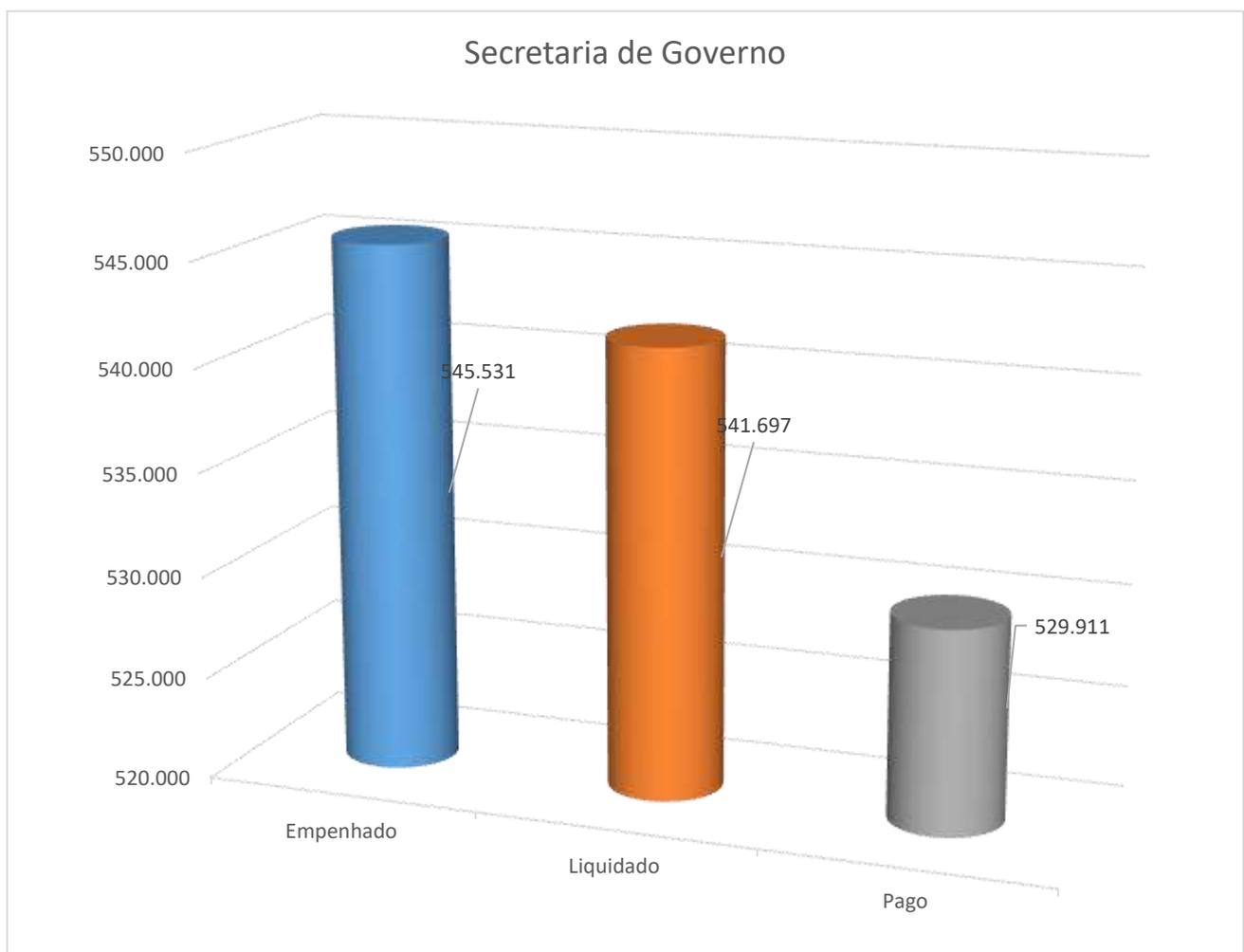
CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DAS AÇÕES	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2037	Manutenção do Fundo de Meio Ambiente	972.006,81	922.061,42	909.144,48
2038	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	216.301,27	215.839,27	215.839,27
TOTAL		1.188.308,08	1.137.900,69	1.124.983,75





12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DAS AÇÕES	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2039	Manutenção da Secretaria de Governo	545.531,36	541.697,42	529.911,11
TOTAL		545.531,36	541.697,42	529.911,11





SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

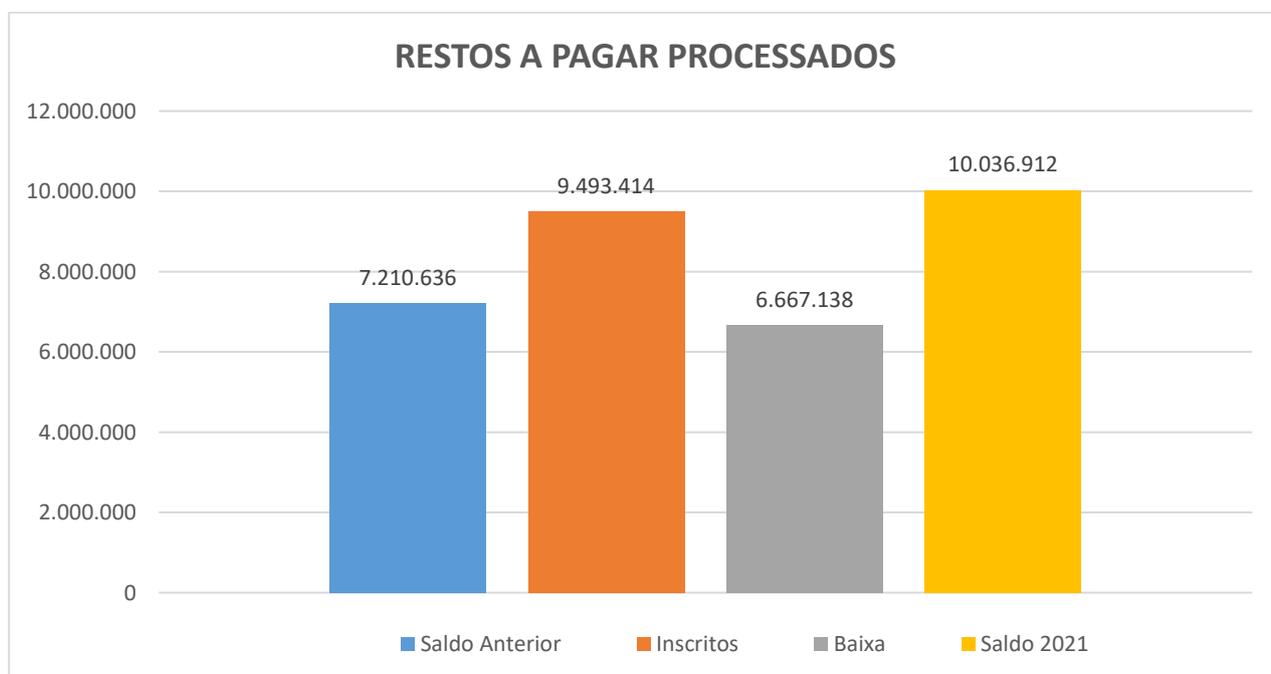
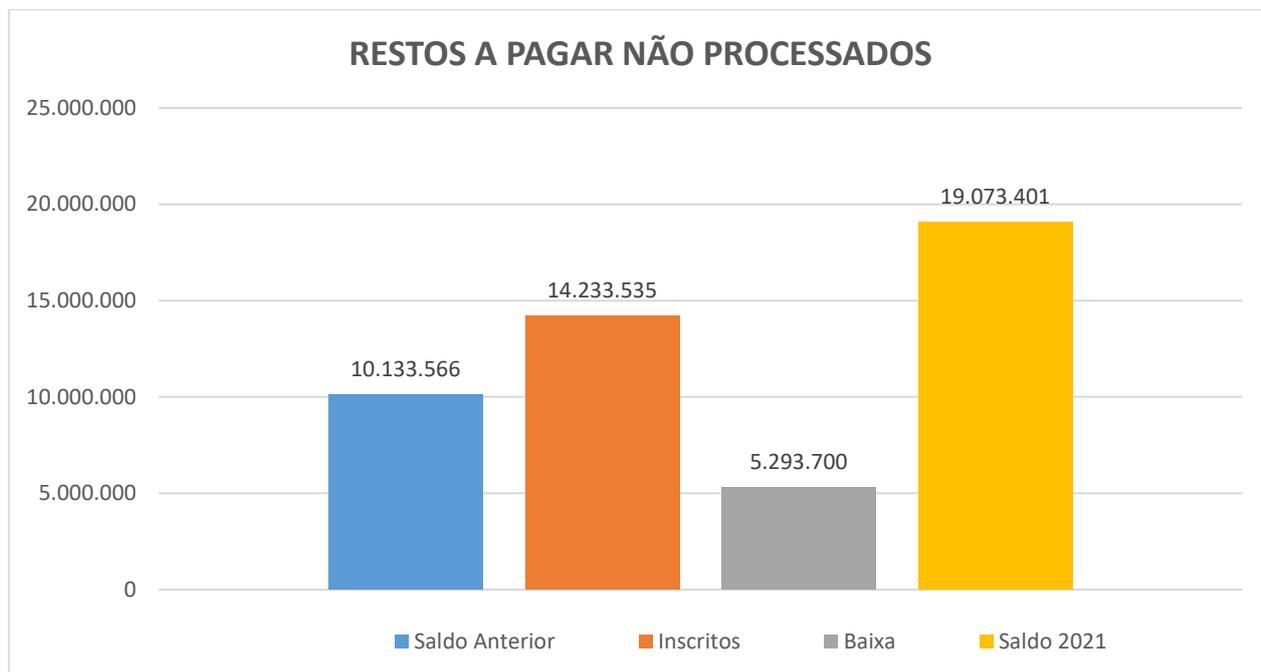
Demonstramos a seguir, os índices relativos a análise da situação financeira e patrimonial referente ao exercício de 2021.

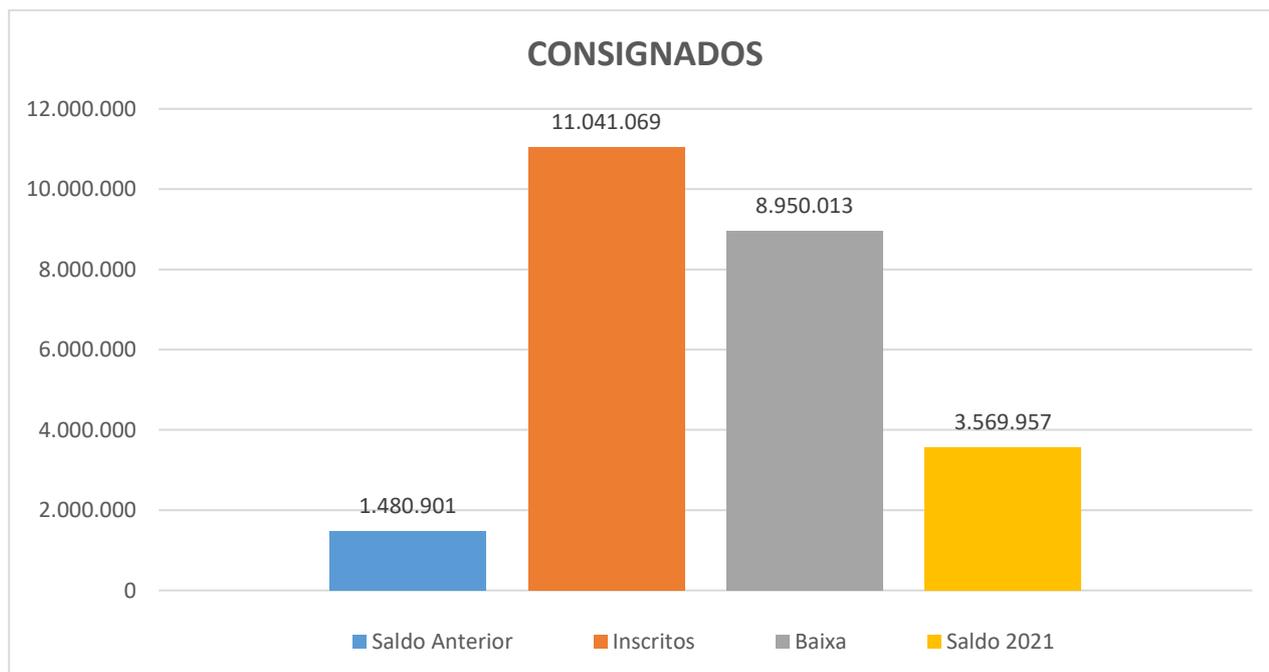
RESTOS A PAGAR

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante o exercício, podendo ser classificados como processados (despesas liquidadas e não pagas) e não processados (despesas apenas empenhadas). Destaca-se que os saldos dos Restos a Pagar são cumulativos e consideram todas as despesas empenhadas ou liquidadas em exercícios anteriores sem o devido pagamento.

DISCRIMINAÇÃO	Saldo Ex. Anterior	Movimento do Exercício	Baixa no Exercício	Saldo p/ Ex. Seguinte
RESTOS A PAGAR				
Restos a Pagar Não Processados	10.133.566,09	14.233.535,84	5.293.700,14	19.073.401,79
Restos a Pagar Processados	7.210.636,00	9.493.414,64	6.667.138,57	10.036.912,07
SOMA	17.344.202,09	23.726.950,48	11.960.838,71	29.110.313,86
CONSIGNADOS				
Empréstimos, INSS, IRRF, ISSQN...	1.478.901,10	11.041.069,89	8.950.013,84	3.569.957,15
Créditos de Restituição	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
SOMA	1.480.901,10	11.041.069,89	8.950.013,84	3.569.957,15
TOTAL GERAL	18.825.103,19	34.768.020,37	20.910.852,55	32.682.271,01

Fonte: Anexo 17 Demonstrativo da Dívida Flutuante





09 – Quociente de Inscrição de Restos A Pagar

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar no exercício em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

A	TOTAL DESPESAS EXECUTADAS	R\$ 125.422.914,17
B	TOTAL DE RESTOS A PAGAR (Processados e Não Processados)	R\$ 19.149.574,00
QIRP	B/A	0,1526

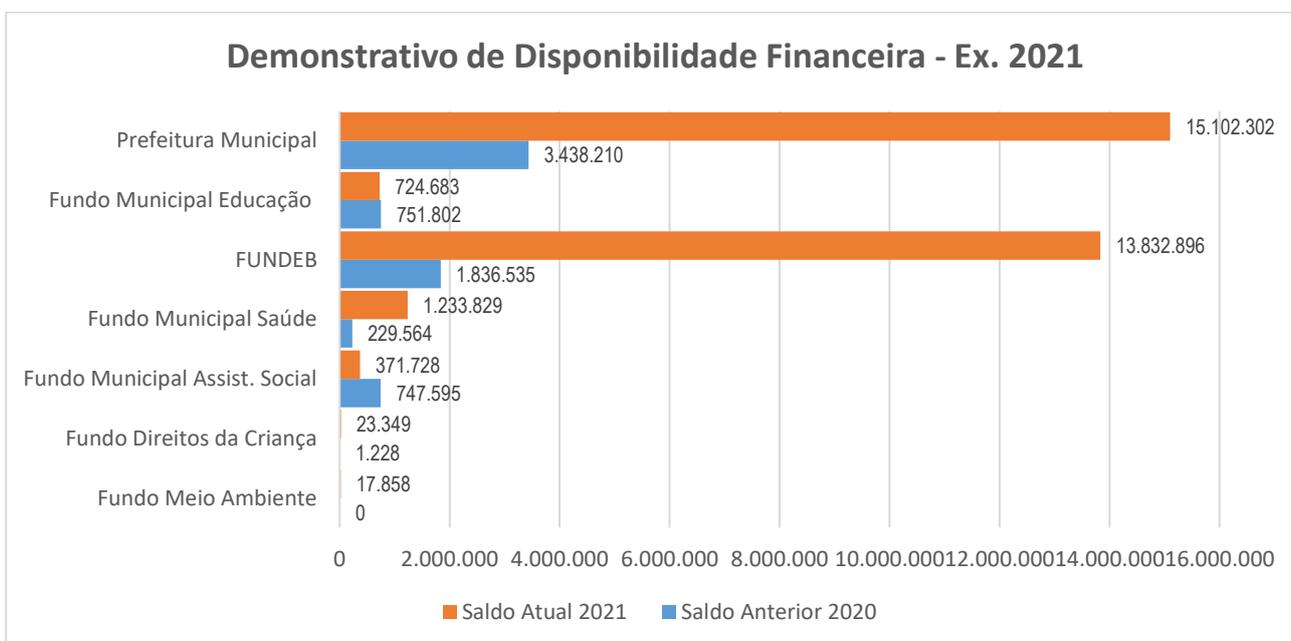
O resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,1526 foram inscritos em Restos a Pagar, ou seja, do total de despesas empenhadas, de 15% não foram pagas dentro do exercício, sendo inscritas em restos a pagar.



Por outro lado, podemos verificar no quadro abaixo que o município de Novo Progresso ao final do exercício (31/12/2021), possuía capacidade financeira para fazer face às suas obrigações a curto prazo (despesas inscritas em restos a pagar), indicando uma disponibilidade financeira no valor de R\$ 31.306.647,88 o que não compromete a gestão fiscal e o nível de seu endividamento público, conforme detalhamento dos saldos por órgão/unidade.

Demonstrativo Sintético da Disponibilidade Financeira em Contas Bancárias	Saldo Anterior 31/12/2020	Saldo Atual 31/12/2021
- Prefeitura Municipal	3.438.210,12	15.102.302,41
- Fundo Municipal de Educação	751.802,66	724.683,40
- FUNDEB - Fundo Munic. Desenv.da Educação	1.836.535,02	13.832.896,80
- Fundo Municipal de Saúde	229.564,31	1.233.829,34
- Fundo Municipal de Assistência Social	747.595,37	371.728,23
- Fundo Municipal dos Direitos da Criança Adolesc	1.228,00	23.349,33
- Fundo Municipal de Meio Ambiente	0,00	17.858,37
TOTAL CONSOLIDADO	7.004.935,48	31.306.647,88

Demonstrativo de Disponibilidade Financeira - Ex. 2021





LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Abaixo, seguem análises dos cumprimentos dos limites constitucionais e legais, que devem ser observados pelo Município Novo Progresso:

DÍVIDA PÚBLICA

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF/2000 no seu art. 29, inc. I, e § 3º e do art. 1º, § 1º, inc. III, da Resolução Nº. 40/2001, do Senado Federal, estabelece que a DC – Dívida Pública Consolidada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de Leis, Contratos, Convênios ou tratados e da realização de operações de crédito.

Quanto a Dívida Consolidada Líquida (DCL), esta representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Por fim, o art. 3º, II, da Resolução Nº. 40/2001, do Senado Federal, estabeleceu para os Municípios, que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida (RCL).

10 – Quociente do Limite de Endividamento – QLE

O Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), conforme se observa no quadro a seguir.



11 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

DÍVIDA CONSOLIDADA	EX. ANTERIOR	ATÉ 31/12/2021
DÍVIDA CONSOLIDADA – DC (I)	15.295.008,06	19.863.493,84
Dívida Contratual	15.295.008,06	19.863.493,84
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	15.295.008,06	19.863.493,84
De Contribuições Previdenciárias	15.295.008,06	19.863.493,84
(-) DEDUÇÕES (II)	0,00	21.269.735,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.004.935,48	31.306.647,88
(-) Restos a Pagar Processados	7.210.636,00	10.036.912,07
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	15.295.008,06	-1.406.241,97
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	102.199.179,66	129.049.436,00
% da DC sobre a RCL Ajustada (I / VI)	14,97%	15,39%
% da DCL sobre a RCL Ajustada (III / VI)	14,97%	-1,09%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal	122.639.015,59	154.859.323,20
Limite de Alerta	110.375.114,03	139.373.390,88
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC		
Insuficiência Financeira	205.700,52	0,00
Depósitos e Consignações sem Contrapartida	145.113,93	114.087,98
RP não Processados	10.133.566,09	19.073.401,79

Fonte: RREO/RGF

12 – Quociente do Limite de Endividamento – QLE

B	RCL	R\$ 129.049.436,00
A	DCL	R\$ -1.406.241,97
QLE	A/B)	- 1,09%

De acordo com o quadro acima, esse resultado indica que a DCL (Dívida Consolidada Líquida) ao final do exercício representa **-1,09%** (negativo) da Receita Corrente Líquida (RCL), indicando que o Município atende o cumprimento do limite legal (art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal Nº. 40/2001).

EDUCAÇÃO E FUNDEB

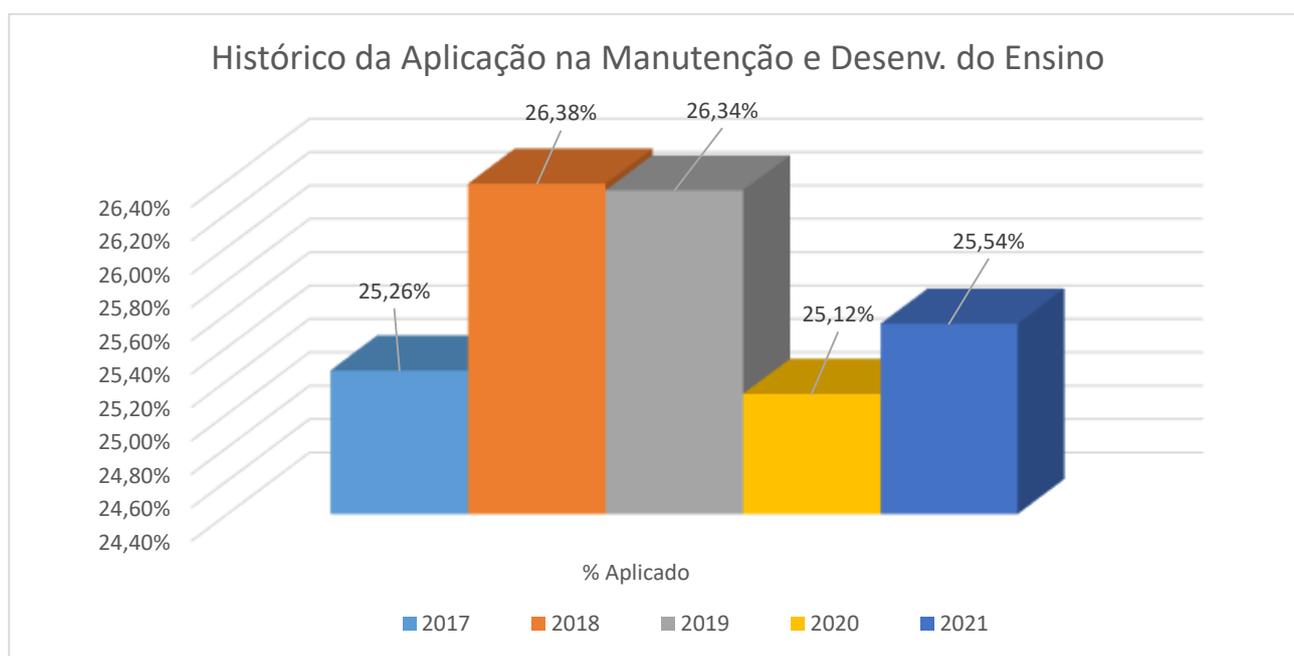
Conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal de 1988, o percentual mínimo que o Município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano está fixado em 25% da receita resultante de impostos e de transferências de impostos.

1) ENSINO 25%

O quadro abaixo demonstra que o percentual aplicado pelo município no exercício de 2021 foi de **25,54%** o que assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal. Assim, verifica-se que esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

HISTÓRICO DA APLICAÇÃO NA MDE – 25%					
ANO	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	25,26%	26,38%	26,34%	25,12%	25,54%

www.fnde.gov.br/siope/indicadoresFinanceirosEEducacionais.do?acao





2) FUNDEB 70%

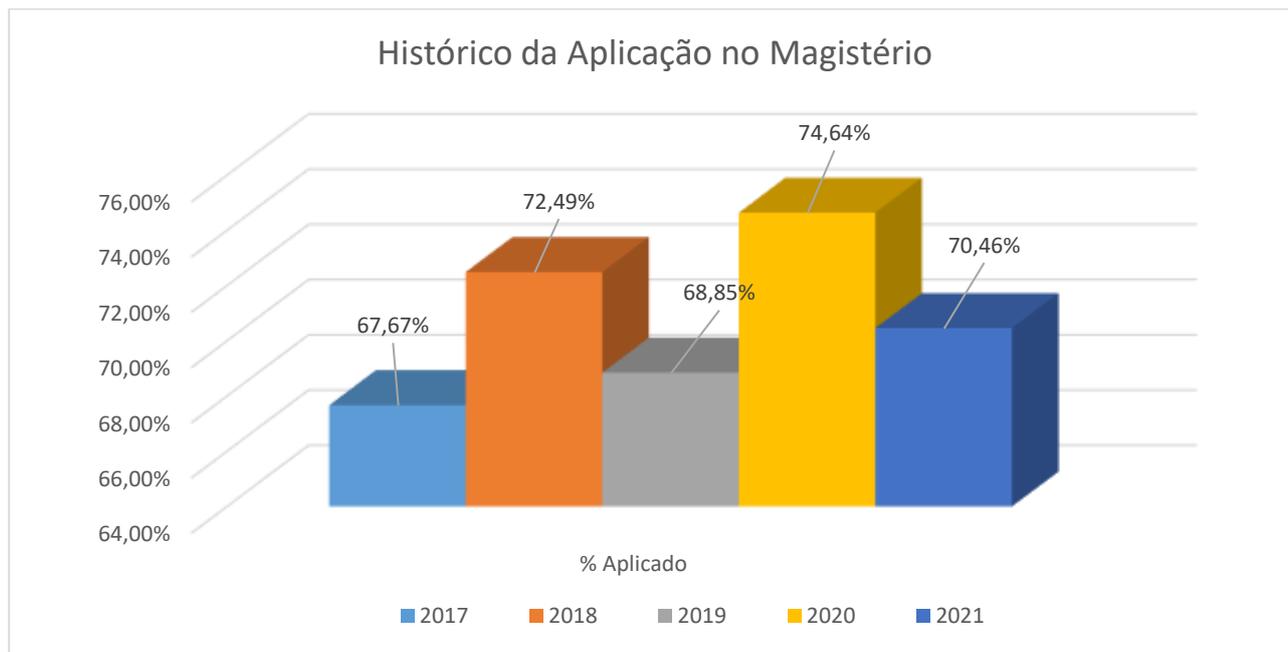
O percentual destinado para remuneração e valorização dos profissionais do magistério - ensinos infantil e fundamental **70,46 %** assegura o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação.

APURAÇÃO DAS DESPESAS COM ENSINO	LIMITES CONSTITUCIONAIS ANUAIS		
	Apurado até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar	% Aplicado
Despesas com MDE			
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	18.070.163,59	25,00	25,54
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Prof. da Educação Básica	29.438.658,97	70,00	70,46
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) – Infantil	3.759.919,06	50,00	65,59
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) desp. Capital	3.468.811,57	15,00	60,52

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2017/2021, indica que a administração municipal investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos, cumprindo os limites constitucionais, conforme se pode observar a seguir:

HISTÓRICO DA APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO – 70%					
ANO	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	67,67%	72,49%	68,85%	74,64%	70,46%

www.fnnde.gov.br/siope



SAÚDE

A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelece em seu art. 7º que os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

1) SAÚDE 15%

De acordo com o quadro demonstrativo a seguir, o resultado indica que o limite mínimo foi cumprido, isto é o município aplicou o percentual de **17,01%**, assegurando dessa forma o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina a legislação vigente.

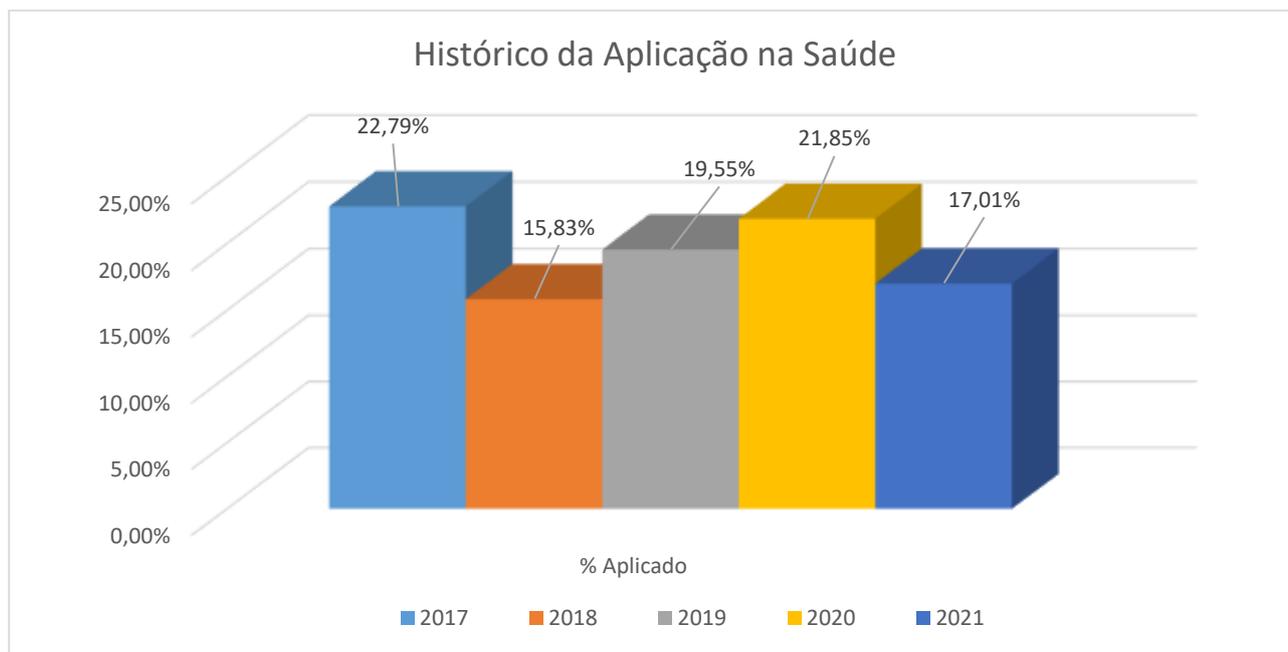
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
Ações e Serviços Públicos de Saúde	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor apurado até o Bimestre	%Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	12.003.476,02	15,00	17,01%

Fonte: RREO-ANEXO 14 – Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do RREO (Siconfi)

No período 2017/2021, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, atenderam à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO DA APLICAÇÃO NA SAÚDE - 15%					
ANO	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	22,79%	15,83%	19,55%	21,85%	17,01%

Fonte: www.sioops.datasus.gov.br





PESSOAL – LIMITES LRF

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

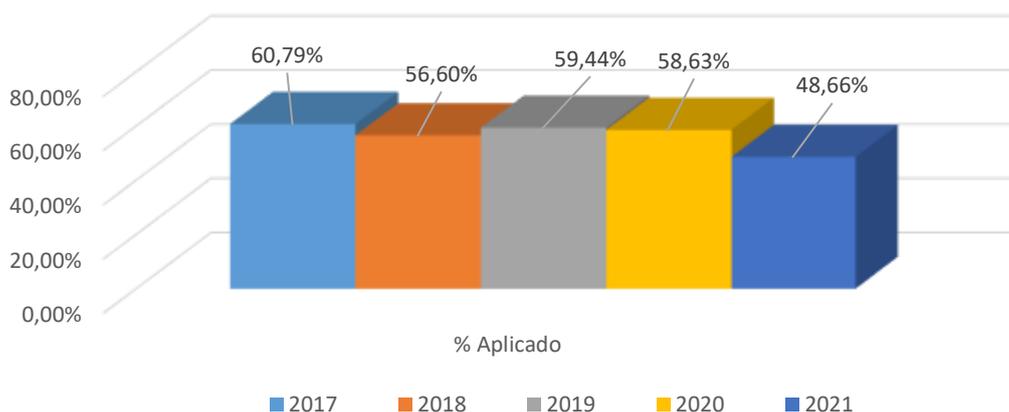
DESPESA COM PESSOAL – PREFEITURA MUNICIPAL	VALOR R\$
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	129.049.436,00
(-) Transferências Obrigatórias da União/Emendas Individuais	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União/Emendas de Bancada	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA – CÁLCULO PESSOAL	129.049.436,00
DESPESAS TOTAL COM PESSOAL – DTP	62.793.101,46
Percentual sobre a RCL ajustada	48,66%
Limite Máximo - R\$ 69.686.695,44	54,00%
Limite Prudencial - R\$ 66.202.360,67	51,30%
Limite de Alerta - R\$ 62.718.025,90	48,60%

Fonte: Relatório-de-Gestão-Fiscal-RGF

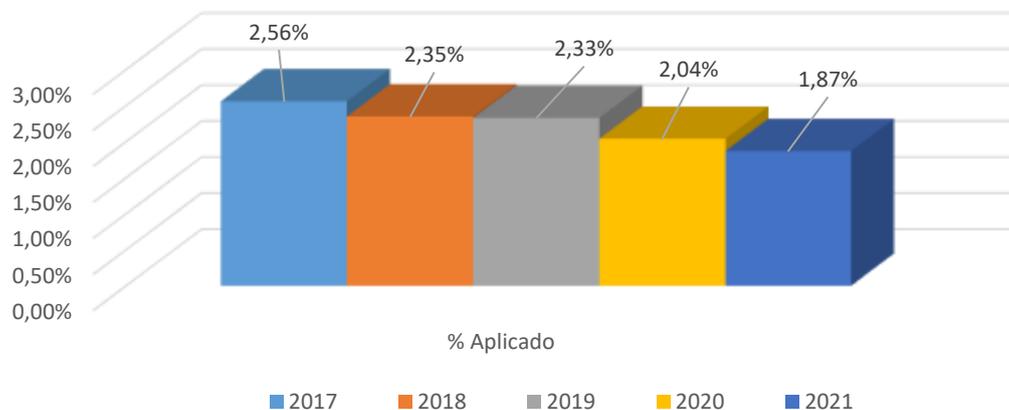
HISTÓRICO DE LIMITES COM PESSOAL - LRF					
ANO	2017	2018	2019	2020	2021
Limite Máximo Fixado: Poder Executivo	54%				
Aplicado - %	60,79%	56,60%	59,44%	58,63%	48,66%
Limite Máximo Fixado: Poder legislativo	6%				
Aplicado - %	2,56%	2,35%	2,33%	2,04%	1,87%
Limite Máximo Fixado: Município	60%				
Aplicado - %	63,35%	58,95%	61,77%	60,67%	50,53%

Fonte: Relatório-de-Gestão-Fiscal-RGF

Histórico de Limites de Gastos com Pessoal - PREFEITURA MUNICIPAL



Histórico de Limites de Gastos com Pessoal - CÂMARA MUNICIPAL





PESSOAL LIMITE EXECUTIVO

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 62.793.101,46 o que representa o percentual de **48,66%** da Receita Corrente Liquida-RCL ajustada: R\$ 129.049.436,00, cumprindo desta forma o limite máximo de 54% sobre a RCL, estabelecido no inciso III, “b”, do art. 20 da LRF.

REPASSE A CÂMARA MUNICIPAL

Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram nos termos do art. 29-A, § 2º, inc. III, CF, conforme segue quadro a seguir:

a) - Valor orçado atualizado	R\$ 3.882.905,14
b) - Valor máximo permitido (7%)	R\$ 3.905.088,01
c) - Valor repassado no ano	R\$ 3.880.000,00

Os repasses ao Poder Legislativo foram dentro dos limites definido no art. 29-A da Constituição Federal cujo repasses ocorreram até o dia 20 de cada mês.

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

O Resultado Primário é calculado com base somente nas receitas e nas despesas não-financeiras e tem por objetivo demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

De acordo com o RREO em 2021 o Resultado Primário alcançou o montante de R\$ 23.499.409,40 enquanto que o Resultado Nominal (acima da linha) teve o seu valor apurado em R\$ 17.485.977,88.



DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

O município realizou as audiências públicas quadrimestralmente em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal onde determina que no final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo deve demonstrar e avaliar do cumprimento das metas fiscais em audiência pública.

É o relatório

Novo Progresso – PA., 31 de março de 2022

GELSON LUIZ DILL
Prefeito Municipal